



RELATÓRIO

2009

BRASÍLIA 2010

R E L A T Ó R I O 2 0 0 9

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DA INDÚSTRIA – CNI

Armando de Queiroz Monteiro Neto
Presidente

Robson Braga de Andrade
Presidente em Exercício

Paulo Antonio Skaf
1º Vice-presidente

Robson Braga de Andrade
Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira
Paulo Gilberto Fernandes Tigre
José de Freitas Mascarenhas
Rodrigo Costa da Rocha Loures
Alcantaro Correa
José Nasser
Jorge Parente Frota Júnior
Francisco de Assis Benevides Gadelha
Flavio José Cavalcanti de Azevedo
Antonio José de Moraes Souza
Vice-presidentes

Paulo Afonso Ferreira
1º Secretário

José Carlos Lyra de Andrade
2º Secretário

Alexandre Herculano Coelho de Souza Furlan
1º Tesoureiro

Alfredo Fernandes
2º Tesoureiro

Lucas Izoton Vieira
Fernando de Souza Flexa Ribeiro
Jorge Lins Freire
Jorge Machado Mendes
Jorge Wicks Côte Real
Eduardo Prado de Oliveira
Eduardo Machado Silva
João Francisco Salomão
Antônio Rocha da Silva
José Conrado Azevedo Santos
Euzebio André Guareschi
Rivaldo Fernandes Neves
Francisco Renan Oronoz Proença
José Fernando Xavier Faraco
Olavo Machado Júnior
Carlos Antonio de Borges Garcia
Manuel Cesario Filho
Diretores

Sergio Rogerio de Castro
Julio Augusto Miranda Filho
João Oliveira de Albuquerque
Conselho Fiscal
Titulares

Carlos Salustiano de Sousa Coelho
Telma Lucia de Azevedo Gurgel
Charles Alberto Elias
Suplentes



Confederação Nacional da Indústria

RELATÓRIO

2009

BRASÍLIA, 2010

© 2010. CNI – Confederação Nacional da Indústria.

Qualquer parte desta obra poderá ser reproduzida, desde que citada a fonte

FICHA CATALOGRÁFICA

C748r

Confederação Nacional da Indústria.

Relatório anual 2009 / Confederação Nacional da Indústria. – Brasília, 2010.

57 p.: il.

1. Relatório 2. Gestão orçamentária 1. Título

CDU: 338.45.01

Confederação Nacional da Indústria – CNI
Setor Bancário Norte
Quadra 1 – Bloco C
Edifício Roberto Simonsen
70040-903 – Brasília – DF
Tel.: (61) 3317- 9001
Fax: (61) 3317- 9994
<http://www.cni.org.br>

Serviço de Atendimento ao Cliente – SAC
Tels.: (61) 3317-9989 / 3317-9992
sac@cni.org.br

Confederação Nacional da Indústria – CNI/SP
Rua das Olimpíadas 242 – 10º andar
Vila Olímpia
04551-000 – São Paulo – SP
Tel.: (11) 3040-3860 / 3863 / 3864

SUMÁRIO

PALAVRA DO PRESIDENTE

1 DESEMPENHO DA ECONOMIA EM 2009, 8

- 1.1 MERCADO EXTERNO FRÁGIL, 9
- 1.2 INFLAÇÃO E JUROS, 10
- 1.3 BÚSSOLA PARA A ECONOMIA, 12
- 1.4 MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2007-2015 – ACOMPANHAMENTO DAS METAS, 13

2 UMA AGENDA PARA O BRASIL, 16

- 2.1 POLÍTICA ECONÔMICA, 20
- 2.2 RELAÇÕES DO TRABALHO, 21
 - 2.2.1 Mais Encargos, 22
 - 2.2.2 Terceirização, 23
- 2.3 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO, 25
- 2.4 MUDANÇAS CLIMÁTICAS, 27
- 2.5 MEIO AMBIENTE, 31
- 2.6 INFRAESTRUTURA, 34
- 2.7 INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL, 36
 - 2.7.1 Acordo com a Europa, 37
 - 2.7.2 Promoção Comercial, 38
- 2.8 DESBUROCRATIZAÇÃO, 41
- 2.9 MICRO E PEQUENA EMPRESA, 42
- 2.10 EDUCAÇÃO, 44
- 2.11 DIÁLOGO COM O LEGISLATIVO E O EXECUTIVO, 45
- 2.12 AÇÕES NO JUDICIÁRIO, 46

3 REFORÇO À REPRESENTATIVIDADE, 48

4 FORTALECIMENTO DO ASSOCIATIVISMO, 52

5 AVALIAÇÃO, 56

O BRASIL TEM PRESSA

A aceleração das reformas que melhorem a qualidade das instituições e aumentem a competitividade das empresas é imprescindível para o país mudar o patamar e a qualidade do crescimento.



Os dados sobre produção, consumo e emprego indicam que a economia brasileira está superando a crise. Mas o crescimento sustentado exige medidas que melhorem a qualidade das instituições e aumentem a competitividade das empresas.

A agenda do setor produtivo, capaz de ajudar o país a superar velhos problemas e preparar a economia para um novo ciclo de desenvolvimento, foi discutida no 4º Encontro Nacional da Indústria e será levada pela CNI aos candidatos à Presidência da República nas eleições deste ano.

As propostas da indústria reafirmam a necessidade de modernizar o sistema tributário e as leis trabalhistas, reformar a Previdência Social e desonerar os investimentos e as exportações. E, sobretudo, melhorar a qualidade da educação.

Outro ponto de atenção é a mudança do clima, que exigirá profundas transformações nos sistemas de produção e consumo. É preciso buscar soluções e definir políticas que ajudem o Brasil a identificar e aproveitar as oportunidades oferecidas pela economia de baixa emissão de carbono, as possibilidades que se abrem com a exploração do pré-sal e a preparação da infraestrutura para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

A capacidade de o país aproveitar essas oportunidades depende da construção de alianças capazes de implementar medidas que vão além das necessidades de curto prazo. O período eleitoral é um bom momento para a consolidação dessas alianças. A indústria espera que as ações e reformas necessárias, que formarão as bases de um novo patamar de crescimento, estejam na agenda dos candidatos às eleições de 2010, porque elas representam as aspirações da sociedade brasileira.

Armando de Queiroz Monteiro Neto
Presidente da CNI

A economia brasileira está superando a crise. Mas o crescimento sustentado exige medidas que passam pela construção de alianças. Ações e reformas devem estar na agenda eleitoral de 2010.

1 DESEMPENHO DA ECONOMIA EM 2009



A produção industrial aumentou em 10 dos 12 meses de 2009, acumulando alta de 18,4% no período. Mas ainda não alcançou os patamares anteriores à crise.

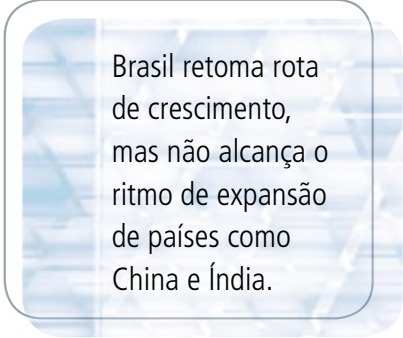
O dinamismo do mercado interno e a consolidação dos fundamentos econômicos, combinados com medidas emergenciais de reativação do crédito e de estímulo ao consumo amenizaram os efeitos da crise internacional sobre o Brasil. Mesmo assim, o Produto Interno Bruto (PIB) do país registrou queda de 0,2% em 2009 na comparação com 2008, interrompendo o ciclo de crescimento que perdurou na última década.

Embora tenha retomado a rota do crescimento antes de economias mais desenvolvidas, o Brasil não conseguiu alcançar o ritmo de expansão da China e da Índia. A crise deixou sérios prejuízos, especialmente na indústria. O PIB industrial recuou 5,5% em 2009. Outros fatores determinantes para a expansão da economia também registraram fortes quedas: os investimentos caíram 9,9% e as exportações 10,3%, na comparação com 2008.

Os impactos negativos perderam força ao longo do ano. Depois de recuar 0,9% no primeiro trimestre, a economia começou a se recuperar e cresceu 1,1% e 1,3% nos dois trimestres seguintes. A recuperação da economia brasileira foi liderada pelo consumo das famílias. A produção industrial, que registrou expressiva queda nos últimos três meses de 2008, cresceu em 10 dos 12 meses de 2009, acumulando uma alta de 18,4% no período, de acordo com os dados dessazonalizados. Mas ainda não alcançou os patamares anteriores à crise. Em dezembro de 2009, a produção industrial foi 6,4% inferior à de setembro de 2008, quando eclodiu a crise.

1.1 MERCADO EXTERNO FRÁGIL

A retração da atividade foi provocada pelo enfraquecimento do mercado externo. As exportações brasileiras caíram 17,6% no acumulado do terceiro trimestre de 2008 até o primeiro trimestre de 2009. Também houve uma mudança na pauta de produtos exportados. Os embarques de manufaturados perderam importância no total exportado, em face do ganho de participações de *commodities*. Essa alteração ocorreu, basicamente, devido ao aumento de compras da China, país que priorizou os investimentos em infraestrutura para contornar os efeitos da crise. As importações também recuaram.



Brasil retoma rota de crescimento, mas não alcança o ritmo de expansão de países como China e Índia.

Com a demanda externa reduzida, o processo de recuperação da atividade econômica foi sustentado pelo consumo interno. Depois de apresentar um ligeiro aumento de 0,4% no primeiro trimestre, frente ao quarto trimestre de 2008, a demanda doméstica cresceu nos dois trimestres seguintes a taxas superiores a 2%, impulsionado principalmente pelo aumento das transferências de renda por parte do governo federal, as desonerações tributárias e a reconstituição na oferta de crédito. As desonerações tributárias promovidas pelo governo federal como resposta à crise econômica chegaram a R\$ 13,5 bilhões apenas em 2009 e ajudaram a sustentar a demanda de várias cadeias produtivas.

Além disso, o consumo doméstico se manteve com a recuperação do emprego. Depois de atingir 9% em março, a taxa de desemprego aberto, calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), recuou para 6,8% em dezembro de 2009. Na indústria, o emprego cresceu em todo o segundo semestre e registrou, em novembro de 2009, a maior taxa de expansão – na comparação com o mês anterior – desde 2003, início da série histórica da pesquisa da CNI.

1.2 INFLAÇÃO E JUROS

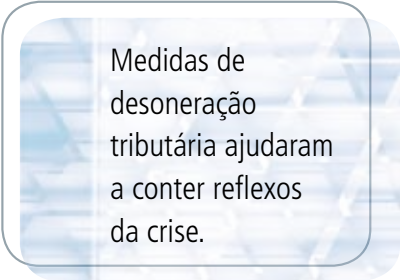
Um fator que potencializou os impactos positivos das transferências de renda e do aumento da massa salarial sobre o consumo foi a queda na inflação. O Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que chegou a atingir 6,4% ao ano em novembro de 2008, fechou 2009 em 4,31%, próximo da meta de 4,5% fixada para o ano. Esse movimento decorreu de duas questões estruturais: a dependência do país de *commodities* agrícolas e o forte impacto da crise na indústria.

Do lado das *commodities*, os alimentos sofreram quedas consideráveis em seus preços internacionais, o que internamente afetou os preços desses bens. O menor crescimento nos preços industriais ocorreu em função do impacto da crise no setor e das medidas de desoneração tributária do governo. Esses dois fatores impediram que a desvalorização cambial, que chegou a 50% no segundo semestre de 2008, tivesse maior impacto sobre a inflação.

A queda da inflação favoreceu a recomposição da oferta de crédito ao possibilitar o corte dos juros básicos da economia. A Taxa Selic, que era de 13,75% ao ano em janeiro, foi reduzida para 8,75% ao ano em julho e permaneceu nesse patamar até dezembro de 2009, o menor da história.

A crise econômica também se refletiu nas contas públicas. Por um lado, provocou expressiva redução nas receitas devido à retração da atividade econômica e da lucratividade das empresas. Por outro lado, como a política fiscal foi utilizada ativamente para conter os efeitos da crise, o governo intensificou o ritmo de expansão das despesas e concedeu desonerações tributárias, que reduziram ainda mais a arrecadação. Com isso, o superávit primário recuou de 3,7%, em 2008, para 1,55% do PIB, em 2009.

Embora o aumento de gastos públicos seja positivo em momentos de retração econômica, o que preocupa em relação à política fiscal implementada em 2009 é a perda de qualidade. Enquanto o aumento de gastos correntes foi de R\$ 42,6 bilhões, os investimentos cresceram apenas R\$ 3 bilhões.

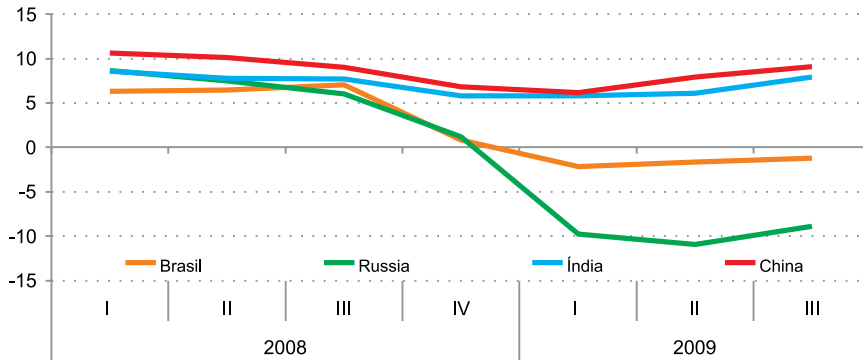


Medidas de desoneração tributária ajudaram a conter reflexos da crise.

GRÁFICO 1

VARIAÇÃO DO PIB DOS BRICS

Variação trimestral frente ao mesmo trimestre do ano anterior (%)

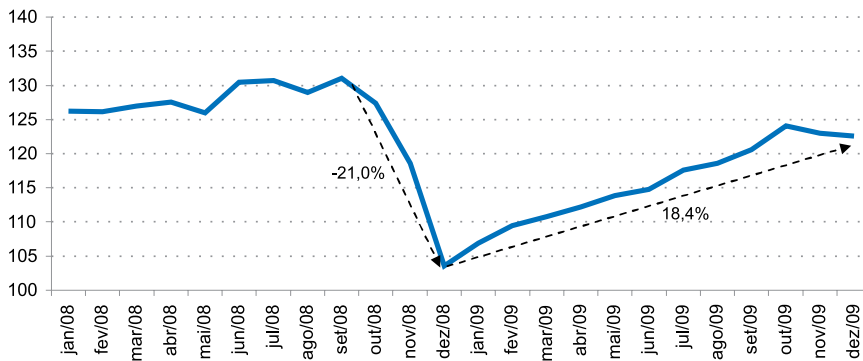


Fonte: Bloomberg

GRÁFICO 2

PRODUÇÃO INDUSTRIAL

Índice 2002 = 100 – dessazonalizado

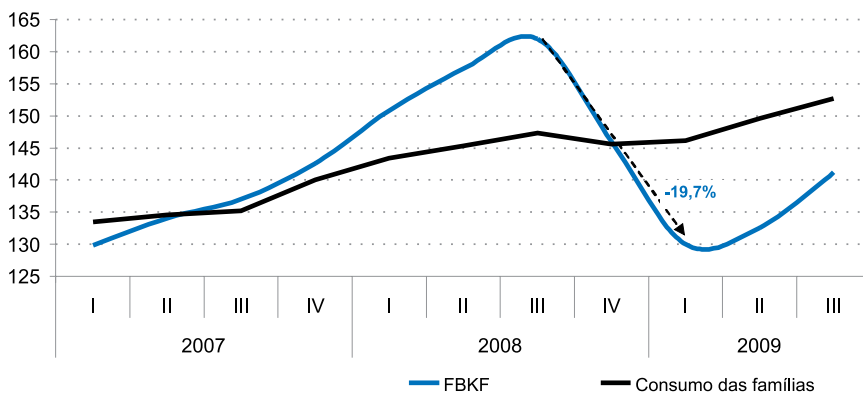


Fonte: IBGE

GRÁFICO 3

FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO E CONSUMO DAS FAMÍLIAS

Índice 1995 = 100 – séries dessazonalizadas



Fonte: IBGE

Monitoramento de metas do Mapa Estratégico aponta caminhos e subsidia ações da indústria.

1.3 BÚSSOLA PARA A ECONOMIA

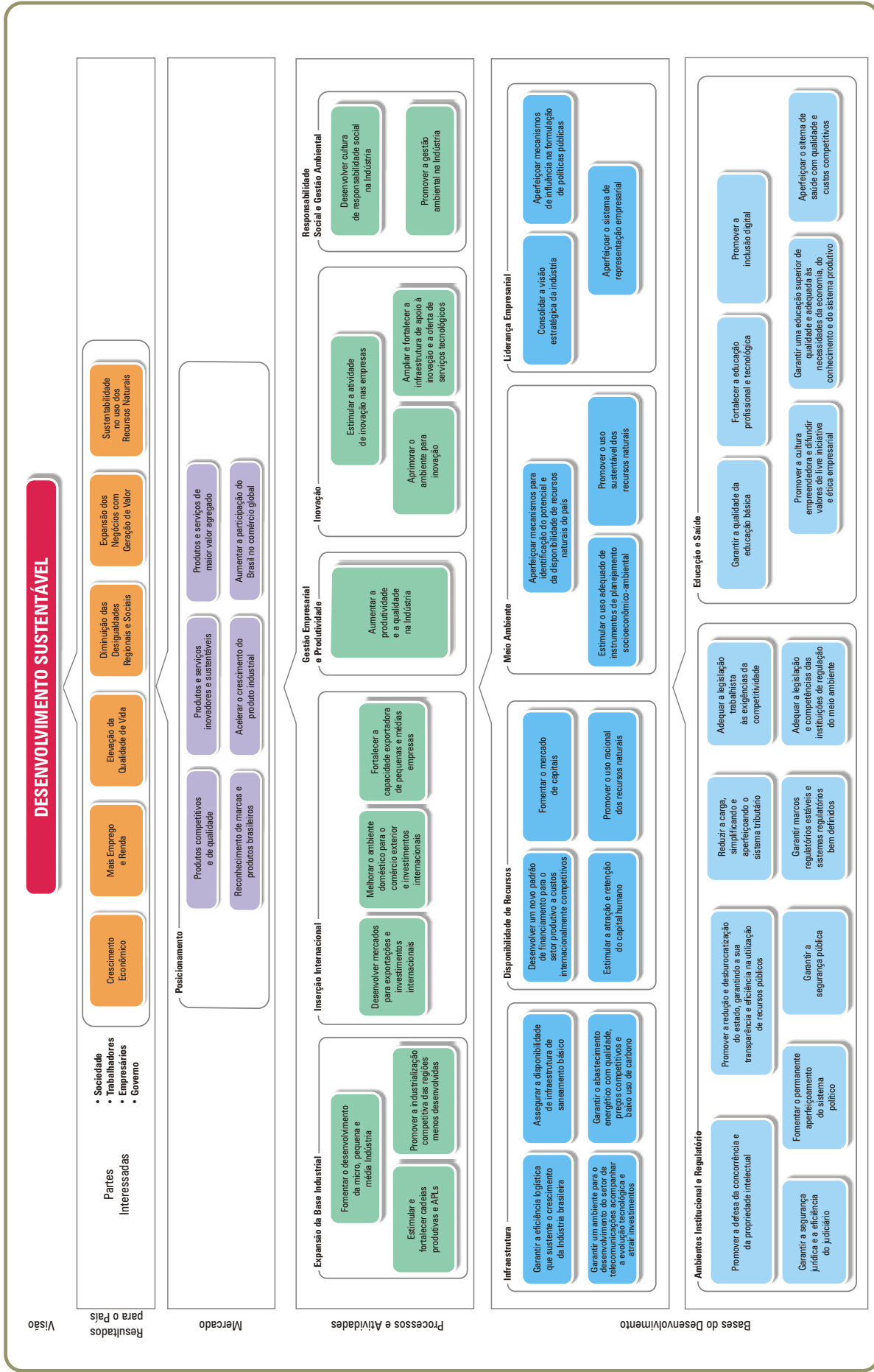
O ACOMPANHAMENTO PERIÓDICO DAS METAS DO MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2007-2015 REVELA OS AVANÇOS E OS RETROCESSOS DO PAÍS NO CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTADO.

A crise internacional interrompeu o ciclo de crescimento do Brasil. O ritmo de expansão do Produto Interno Bruto (PIB), que ficou na média de 4,8% ao ano entre 2004 e 2008, se distanciou ainda mais da meta de 5,5% ao ano, estabelecida no Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015. Também estão distantes da meta o índice de produtividade da indústria e os investimentos em infraestrutura de transportes e outros indicadores.

Os avanços e os retrocessos do país no caminho do desenvolvimento sustentado são identificados pela CNI no acompanhamento periódico dos indicadores do Mapa Estratégico da Indústria. Elaborado pelo Fórum Nacional de Indústria, o Mapa traduz a visão de futuro dos empresários e aponta objetivos, metas e programas capazes de promover o crescimento sustentado do Brasil.

O documento, que começou a ser feito em 2004, envolveu cerca de 300 representantes de 60 entidades empresariais. Apresentado à sociedade em 2005, o Mapa foi construído com base no modelo de gestão *Balanced Scorecard*, da *Harvard University*, nos Estados Unidos. A evolução das metas do Mapa subsidia as ações da CNI, pois traduz a situação da economia brasileira.

1.4 MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA 2007-2015 – ACOMPANHAMENTO DAS METAS



Nota: versão do Mapa Estratégico da Indústria revista em março de 2009

TABELA 1

ACOMPANHAMENTO DE EXECUÇÃO DAS METAS DO MAPA ESTRATÉGICO DA INDÚSTRIA

INDICADORES	FONTES	OBSERVAÇÕES MAIS RECENTES	2007	2010	SITUAÇÃO EM FEVEREIRO DE 2010
Crescimento do PIB	Contas Nacionais/IBGE	5,7% (2004) 3,2% (2005) 4,0% (2006) 6,1% (2007) 0,0% (2009)* 5,5% (2010)* *Estimativa CNI	Crescimento de 5,5% a.a. (taxa média até 2010)		Distante da meta
Crescimento do PIB industrial	Contas Nacionais/IBGE	7,9% (2004) 2,1% (2005) 2,3% (2006) 5,2% (2007) 4,4% (2008) -4,5% (2009)* 7,0% (2010)* *Estimativa CNI	Crescimento de 7% a.a. (taxa média até 2010)		Distante da meta
Índice de produtividade da indústria	PIM-PF/IBGE CNI	3,4% (2004) -0,4% (2005) 2,4% (2006) 2,3% (2007) -1,7% (2008) 0,2% (2009)	Crescer 4% a.a.	Crescer 3,5% a.a.	Distante da meta
Taxa de desemprego	PNA/IBGE	8,9% (2004) 9,3% (2005) 8,4% (2006) 8,2% (2007) 7,9% (2008) 8,1% (2009)	9,0%	7,0%	Convergindo para a meta
Total de exportações de bens e serviços	Contas Nacionais/IBGE	16,4% (2004) 15,1% (2005) 14,4% (2006) 13,7% (2007) 14,3% (2008) 12,6% (2009)* 13,3% (2010)* *Estimativa CNI	22%	20%	Distante da meta
Crédito/PIB	Banco Central	24,5% (2004) 28,1% (2005) 30,2% (2006) 33,4% (2007) 39,7% (2008) 45,0% (2009)	Alcançar 50% (até 2010)		Convergindo para a meta
Spread bancário	Banco Central	26,8% (2004) 28,6% (2005) 27,2% (2006) 22,3% (2007) 30,7% (2008) 24,3% (2009)	Alcançar 20% (até 2010)		Distante da meta
Taxa real de juros (Selic/IPCA)	Banco Central	11,5% (2005) 10,7% (2006) 7,2% (2007) 6,2% (2008) 5,0% (2009)* *Estimativa CNI	Alcançar 5% (até 2010)		Atingiu a meta de 2010

Carga tributária	Receita Federal	32,2% (2004) 33,3% (2005) 33,6% (2006) 34,7% (2007) 35,8% (2008) 35,2% (2009)* *Estimativa CNI	33%	33%	Distante da meta
Oferta interna de energia	Empresa de Planejamento Energético – EPE	5,8% (2004) 2,3% (2005) 3,5% (2006) 5,4% (2007) 5,9% (2008)	Crescimento médio de 7% a.a. Período até 2010		Convergingo para a meta
Investimento em infraestrutura de transportes / PIB	Ministério dos Transportes	0,05% (2003) 0,11% (2004) 0,13% (2005) 0,19% (2006) 0,22% (2007) 0,21% (2008) 0,31% (2009)* *Estimativa CNI	0,45%	0,50%	Distante da meta
Domicílios atendidos por rede coletora de esgoto	PNAD/IBGE	48,8% (2004) 48,2% (2005) 48,5% (2006) 51,1% (2007) 52,5% (2008)	52%	60%	Convergingo para a meta
Investimento privado em inovação / PIB	MCT	0,35% (2004) 0,49% (2005) 0,50% (2006) 0,52% (2007) 0,52% (2008)	0,6%	0,8%	Distante da meta
PISA – Avaliação dos alunos da educação básica	OCDE	368 (2001) 383 (2003) 390 (2006)	Alcançar nota 486 (Espanha em 2001) até 2015		Distante da meta
Domicílios com acesso à internet	PNAD/IBGE	12,2% (2004) 13,7% (2005) 16,9% (2006) 20,2% (2007) 23,8% (2008)	18%	25%	Convergingo para a meta
Renda per capita em US\$ constantes – Paridade de Poder de Compra (PPP)	FMI	8.231 (2004) 8.603 (2005) 9.086 (2006)* 9.703 (2007)* 10.298 (2008)* 10.690 (2009)* 11.184 (2010)* *Estimativa FMI	Alcançar 12.000 PPP até 2015		Convergingo para a meta
Índice GINI	PNAD/IBGE	0,535 (2004) 0,532 (2005) 0,528 (2006) 0,521 (2007) 0,515 (2008)	0,54	0,5	Convergingo para a meta
IDH	PNUD	0,790 (2004) 0,800 (2005) 0,808 (2006) 0,813 (2007)	0,80	0,83	Convergingo para a meta

2 UMA AGENDA PARA O BRASIL



Líderes empresariais reunidos no 4º ENAI concluem que o país pode crescer mais e melhor se fizer reformas estruturais e adotar medidas imediatas para incentivo aos investimentos e à competitividade das empresas.

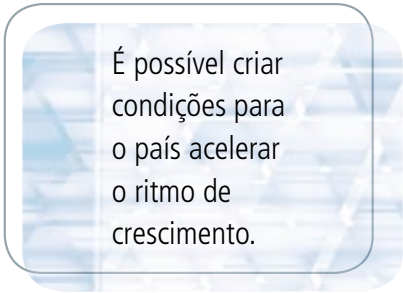
O Brasil pode crescer de forma sustentável e ser uma das principais economias do mundo. Para isso, precisa promover reformas estruturais e adotar medidas que incentivem os investimentos na produção e a competitividade das empresas. Essa é a conclusão da Carta da Indústria, que consolida os debates e as sugestões do 4º Encontro Nacional da Indústria (ENAI).

Os 1.500 líderes industriais que participaram do evento, realizado pela CNI em 18 e 19 de novembro de 2009, no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, em Brasília, destacaram que o Brasil está saindo da crise e que, apesar das incertezas no cenário e da lenta recuperação da economia internacional, há oportunidades de investimentos que não podem ser desperdiçadas.

Há um consenso de que é possível criar as condições necessárias para o país acelerar o ritmo de crescimento para 6% ao ano, quase dois pontos percentuais acima da média registrada nos últimos anos. Ao final de uma década, essa diferença representará um acréscimo de 20% na renda *per capita*, o que colocará o país em um novo patamar de desenvolvimento.

A partir desse diagnóstico, a Carta da Indústria propõe agendas de curto e de longo prazos para o Brasil. A agenda de curto prazo sugere medidas que podem ser tomadas imediatamente e são voltadas à competitividade das empresas, como a desoneração dos investimentos, a redução dos custos dos financiamentos e a desburocratização do comércio exterior. A agenda de longo prazo reafirma a necessidade de o país melhorar a qualidade da educação e realizar reformas estruturais nas leis trabalhistas, no sistema tributário e na Previdência Social.

Os debates do 4º ENAI, que tiveram a participação de ministros, parlamentares, economistas e acadêmicos, também definiram as propostas que a indústria apresentará aos candidatos à Presidência da República nas eleições de 2010. A agenda do setor produtivo para o próximo governo inclui sugestões nas áreas de política econômica, produtividade e inovação, trabalho, infraestrutura, meio ambiente e comércio exterior.



É possível criar condições para o país acelerar o ritmo de crescimento.

AS PROPOSTAS DA CARTA DA INDÚSTRIA

Ações de curto prazo

- Desonerar investimentos e eliminar o problema da acumulação de créditos tributários.
- Aperfeiçoar a política cambial para evitar a valorização excessiva do real.
- Avançar na redução dos custos dos financiamentos e do *spread* bancário.
- Priorizar os investimentos públicos em infraestrutura e controlar os gastos correntes.
- Aperfeiçoar o marco regulatório de meio ambiente.
- Aperfeiçoar e difundir os instrumentos de apoio à inovação.
- Desenvolver marcos regulatórios que estimulem o investimento privado.
- Assegurar a autonomia e a eficiência das agências reguladoras.
- Desburocratizar o comércio exterior.
- Evitar normas e leis que gerem pressões de custos sobre as empresas e sobre o emprego. Uma prioridade deve ser a solução dos problemas surgidos com a mudança no Seguro de Acidentes do Trabalho (SAT).
- Regularizar a terceirização.
- Limitar o uso da substituição tributária.





Ações de longo prazo

- Elevar a qualidade da educação.
- Aperfeiçoar o sistema tributário, ajustando-o às melhores práticas internacionais.
- Aumentar a capacidade de o Estado investir em infraestrutura e fortalecer os marcos regulatórios capazes de atrair o investimento privado.
- Fazer da inovação tema central na estratégia da indústria.
- Desenvolver estratégia industrial para uma economia de baixo carbono.
- Fazer a reforma da Previdência Social.
- Racionalizar os gastos públicos, conter os gastos correntes e priorizar a infraestrutura.
- Avançar na profissionalização da administração pública e investir em iniciativas voltadas à maior eficiência do Estado.
- Modernizar o sistema de relações de trabalho.
- Fortalecer a qualidade e independência dos órgãos regulatórios.
- Avançar na modernização das instituições financeiras e na elevação do seu papel como financiador do setor produtivo.
- Priorizar ações voltadas para a desburocratização.
- Desenvolver acordos comerciais que ampliem o acesso ao mercado e fortaleçam a estratégia industrial do país.
- Modernizar as instituições políticas.



CNI lidera participação do setor produtivo na definição de ações para reativar o crescimento econômico.

2.1 POLÍTICA ECONÔMICA

DESONERAÇÕES TRIBUTÁRIAS E MEDIDAS DE APOIO AO CRÉDITO AJUDARAM O BRASIL A ENFRENTAR A CRISE. MAS É PRECISO AVANÇAR NA DESONERAÇÃO TRIBUTÁRIA E NA REDUÇÃO DO CUSTO DO FINANCIAMENTO.

A recuperação da atividade produtiva em 2009 confirma que as medidas adotadas pelo Brasil para enfrentar a crise foram adequadas e bem-sucedidas. A CNI liderou a participação do setor produtivo no Grupo de Acompanhamento da Crise (GAC), coordenado pelo Ministério da Fazenda, para definir e implementar as ações necessárias à reativação da economia. A cada reunião do grupo, a CNI realizou reunião com os representantes dos diversos setores industriais para harmonizar a pauta de discussões e ações.

Esse trabalho resultou nas medidas que deram liquidez à economia e melhoraram as condições de acesso a financiamentos, as desonerações tributárias, o aumento do prazo de recolhimento de tributos e outras que contribuiram para amenizar os efeitos da crise na produção e no emprego. Com a recuperação da economia, o grupo mudou o foco e passou a se chamar Grupo de Acompanhamento da Competitividade. A tarefa dos integrantes é avaliar e articular políticas necessárias ao aumento da competitividade dos produtos brasileiros.

Em outras ações na área de política econômica, a CNI sugeriu o aperfeiçoamento da legislação de defesa da concorrência e da melhoria das condições de crédito, como a redução do *spread* bancário e a criação do cadastro positivo. Essas providências são importantes para incentivar os investimentos e garantir a expansão das empresas.

Além disso, ao longo de 2009, a indústria apresentou ao governo propostas que visam à desoneração total dos investimentos e das exportações. Em parceria com a consultoria internacional *PriceWaterhouseCoopers*, a CNI está identificando as medidas necessárias para melhorar o regime de substituição tributária do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Os resultados do trabalho, que serão apresentados em 2010, darão suporte às ações voltadas à mudança no regime de substituição tributária.

Apesar do empenho da indústria, o país adiou mais uma vez uma ampla modernização do sistema tributário. Em 3 de março de 2009, a CNI e a Comissão Especial da Reforma Tributária da Câmara dos Deputados realizaram o Seminário Internacional de Reforma Tributária. No encontro, em Brasília, parlamentares, empresários e representantes da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) reafirmaram o consenso de que o país precisa de um sistema tributário que promova a competitividade e o crescimento da economia. Durante todo o ano de 2009, a CNI realizou reuniões com os diversos segmentos da indústria, com o objetivo de avaliar o processo de tramitação do projeto na Câmara e sugerir ações para o seu aperfeiçoamento.

2.2 RELAÇÕES DO TRABALHO

AUMENTO DOS CUSTOS DO TRABALHO E REDUÇÃO DA JORNADA IMPOSTA POR LEI DESESTIMULAM A CRIAÇÃO DE EMPREGOS E COMPROMETEM A EXPANSÃO DAS EMPRESAS E O CRESCIMENTO DA ECONOMIA.

O crescimento sustentável da economia brasileira também depende de uma reforma trabalhista que reduza os encargos sobre o trabalho e privilegie a livre negociação. A CNI entende que regras modernas e custos menores desestimularão a informalidade, incentivarão o emprego e garantirão direitos básicos a milhões de trabalhadores e segurança às empresas.

Mesmo assim, o país ainda não conseguiu avançar em direção à modernização da legislação. Ao longo de 2009, a CNI, com o apoio do Conselho Temático de Relações de Trabalho e Desenvolvimento Associativo, mobilizou os empresários contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 231/95, que reduz a jornada de trabalho de 44 para 40 horas por semana, sem o correspondente ajuste nos salários, e eleva o adicional da hora extra de 50% para 75% do valor da hora trabalhada.

Brasil ainda não avançou na modernização de sua legislação trabalhista.



Mudanças no Seguro de Acidente de Trabalho e Fator Acidentário de Prevenção penalizam setor produtivo.

Em tramitação no Congresso Nacional, a proposta, se aprovada, elevará os custos da produção, reduzindo a competitividade das empresas brasileiras. A medida prejudicará especialmente as micro e pequenas empresas, segmento em que o trabalho tem uma participação expressiva nos custos e enfrenta maiores dificuldades para absorver e repassar novos encargos aos preços.

Para mostrar à sociedade e aos parlamentares os prejuízos que a redução da jornada por lei podem trazer aos trabalhadores e às empresas, cerca de 500 empresários de todo o país participaram, em 25 de agosto de 2009, da Comissão Geral da Câmara dos Deputados, que debateu o tema. Com base na experiência brasileira e de outros países, a indústria acredita que a livre negociação é o melhor caminho para a redução da jornada de trabalho. Acordos negociados, conforme as possibilidades de empregados e empregadores, já garantem a diversas categorias profissionais jornadas menores do que as 44 horas semanais estabelecidas na Constituição. Por isso, a CNI manterá a mobilização contra a aprovação da proposta.

2.2.1 MAIS ENCARGOS

A CNI também questionou as mudanças promovidas pelo governo no Seguro de Acidente de Trabalho, que entraram em vigor em janeiro de 2010. Estudo feito pela CNI mostrou que a cobrança do Fator Acidentário de Prevenção (FAP) e a revisão das alíquotas do Seguro de Acidente do Trabalho elevaram os encargos trabalhistas de 67% das atividades empresariais do país. O valor do Seguro de Acidente do Trabalho aumentou para 866 das 1.300 atividades empresariais. Para 236 dessas atividades, o aumento chegou a 200%, pois a alíquota do seguro subiu de 1% para 3% sobre o valor da folha de pagamento.

Outra distorção identificada pela CNI foi o cálculo do FAP. O Fator, que varia de 0,5 a 2, é calculado pela Previdência Social com base nos afastamentos por doenças e acidentes ocupacionais registrados em cada empresa. Assim, por princípio, o FAP deveria reduzir ou aumentar o valor do Seguro de Acidente do Trabalho, incentivando, dessa forma, os investimentos na saúde e na segurança dos trabalhadores.



No entanto, a mudança nas regras acabou penalizando todo o setor produtivo e não apenas as empresas que não têm conseguido reduzir os problemas com segurança e saúde no trabalho. As distorções são tantas que muitas empresas obtiveram liminares na justiça suspendendo a aplicação do Fator. A CNI vem negociando com o governo a revisão das regras e não descarta a possibilidade de também questionar na justiça esse aumento de encargos, que representa mais um desestímulo à criação de empregos.

2.2.2 TERCEIRIZAÇÃO

A prestação de serviços de terceiros é parte dos modernos processos produtivos, pois confere eficiência e reduz os custos das empresas. Mas a falta de regras para esse tipo de contrato cria problemas para as empresas, especialmente no que se refere à impossibilidade de terceirização de atividade-fim, tema prioritário para a indústria. Por isso, a CNI acompanha e apresenta propostas para o aperfeiçoamento do projeto de lei que trata do tema e está em tramitação no Congresso Nacional.

A importância da terceirização foi confirmada pela Sondagem Especial divulgada pela CNI, em maio de 2009. De acordo com a pesquisa, feita com 1.443 empresas, 54% das indústrias brasileiras utilizam, ou utilizaram, serviços terceirizados nos últimos três anos. Os trabalhadores terceirizados representam cerca de 14% da força de trabalho do setor industrial. Dentre os principais problemas enfrentados pelas contratantes estão a qualidade inferior à esperada, os custos acima do esperado e a insegurança jurídica causada pela falta de regulamentação desse tipo de contrato.

É preciso avançar na definição de regras claras sobre os serviços terceirizados.

DESMISTIFICANDO A PEC 231/95



Quais as condições necessárias para a criação de empregos? Quais os efeitos da redução da jornada sem o corte proporcional dos salários sobre a produção e o mercado de trabalho? A resposta a essas e a outras perguntas estão na cartilha Redução da jornada de trabalho – mitos e verdades, elaborada pela CNI para esclarecer a população sobre o impacto

da eventual aprovação da Proposta de Emenda à Constituição 231/95, em tramitação no Congresso Nacional.

Na publicação, a CNI lembra que a criação de emprego depende de diversos fatores, principalmente de investimentos na produção, aumento do consumo, crescimento sustentado e educação de boa qualidade.

TABELA 2

OUTRAS AÇÕES NA ÁREA DE RELAÇÕES DO TRABALHO

TEMA	AÇÃO
Contribuição social sobre aviso prévio indenizado	Pedi ao Ministério da Fazenda a revogação do decreto que permitiu a cobrança de contribuições sociais, como o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), sobre os valores do aviso prévio indenizado. A CNI entende que o aviso prévio indenizado não é verba remuneratória. Portanto, não cabe incidência de contribuição social.
Ampliação da cota legal de aprendizes	Encaminhou carta ao ministro do Trabalho e Emprego, Carlos Lupi, manifestando-se contra o anteprojeto de lei que aumenta a cota de aprendizes nas empresas. Simulações feitas pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), com base nos termos do anteprojeto, indicam que o número de aprendizes na indústria aumentaria dos atuais 55 mil para 430 mil.
Demissão imotivada	Atua para garantir a rejeição do projeto de lei que impõe restrições à despedida de empregados.
Extinção da contribuição adicional de 10% do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS)	Elaborou e distribuiu nota técnica, apoiando o projeto de lei que extingue a contribuição a partir de janeiro de 2010.





2.3 DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO

INDISPENSÁVEL PARA PROMOVER A COMPETITIVIDADE, A INOVAÇÃO DEVE ESTAR NO CENTRO DAS ESTRATÉGIAS EMPRESARIAIS. A META DA INDÚSTRIA É DUPLICAR OS INVESTIMENTOS PRIVADOS EM PESQUISA E DESENVOLVIMENTO DE PRODUTOS E PROCESSOS.

A agenda da inovação é uma das prioridades da CNI. Atualmente, mais da metade da expansão da produtividade dos países desenvolvidos e das principais economias emergentes se deve à eficiência das instituições e das iniciativas inovadoras das empresas. A indústria acredita que o Brasil deve trilhar o mesmo caminho e realiza uma série de ações que pretende colocar a inovação no centro das estratégias das empresas. A meta definida no Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 é dobrar os investimentos privados em inovação e fazer com que alcancem 1,4% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2015.

No 3º Congresso Nacional da Inovação na Indústria, realizado em 19 de agosto, em São Paulo, a CNI reafirmou a proposta de protagonizar uma efetiva Iniciativa Nacional pela Inovação, que congregue empresários e governo em torno de ações e metas capazes de ampliar a capacidade inovadora do país. Afinal, o esforço inovador das empresas depende do aprimoramento das políticas públicas e dos instrumentos oficiais de apoio à pesquisa e desenvolvimento (P&D).

O Congresso reforçou o papel da Mobilização Empresarial pela Inovação (MEI), movimento criado pela indústria em 2008, com o desafio de fazer da inovação uma estratégia permanente das empresas e mostrar que essa agenda é vital para a competitividade do país.

Os mais de 500 líderes empresariais que participaram do Congresso assinaram o manifesto Inovação: a construção do futuro, em que reafirmam a meta da MEI de duplicar o número de empresas inovadoras nos próximos quatro anos. Hoje, 6 mil fazem pesquisa e 30 mil declaram inovar em produtos e processos. O manifesto foi entregue ao Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, por um grupo de empresários, em 23 de outubro. No encontro, Lula determinou a formação de um grupo-executivo governamental para discutir com o setor privado ações integradas de incentivo à inovação.

Indústria se mobiliza para que a inovação alcance papel estratégico e prioritário.



Com o apoio de líderes industriais, a CNI manterá a mobilização para tornar factível a meta de duplicar os investimentos privados em inovação. O próximo passo é a formação de núcleos de inovação em todas as federações de indústrias, o apoio às ações desenvolvidas por associações setoriais e a busca de parcerias para promover o desenvolvimento tecnológico das micro e pequenas empresas.

OS DESAFIOS PARA PROMOVER A INOVAÇÃO

O que o país e as empresas precisam fazer para inovar mais

- Fazer da inovação uma prioridade estratégica das empresas, independentemente de seu porte e setor de atividade.
- Estimular e fomentar o movimento de inovação no Brasil, mediante o apoio público.
- Aperfeiçoar a política de fomento à inovação, com participação do setor privado.
- Aprimorar nosso modelo educacional, para criar uma cultura inovadora e empreendedora.
- Considerar, em todas as dimensões, os imperativos das questões socioambientais e tornar inalienável o nosso compromisso com a sustentabilidade.
- Modernizar a gestão pública, para estimular um contexto mais propício à inovação no conjunto do país.

ANÁLISE DA POLÍTICA INDUSTRIAL



Um dos instrumentos oficiais de apoio à inovação, a Política de Desenvolvimento Produtivo, lançada pelo governo em maio de 2008, precisa ser aperfeiçoada. Essa é uma das conclusões do primeiro relatório de análise da política industrial, feito pela CNI em 2009.

Intitulado Política de Desenvolvimento Produtivo: avaliação e perspectivas, o trabalho foi complementado por entrevistas realizadas com diretores de 11 associações setoriais industriais. Entre outros pontos, o estudo mostra que a implementação das medidas da PDP foi assimétrica: algumas avançaram muito, outras não. Constata ainda que a crise econômica internacional atingiu as perspectivas de crescimento econômico que orientaram a formulação da PDP e comprometeu as metas fixadas no programa.

2.4 MUDANÇAS CLIMÁTICAS

O COMBATE AO AQUECIMENTO GLOBAL EXIGE O ESFORÇO DE TODOS, MAS DEVE RESPEITAR O DIREITO AO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DE TODOS.

O esforço mundial de combate ao aquecimento global e o processo de transição para uma economia com baixos índices de emissão de carbono abrem grandes oportunidades para o Brasil. Mas também representam uma ameaça à competitividade do país. As possibilidades e os obstáculos que se apresentam com a mudança do clima integram a agenda de prioridades da indústria.

Indústria brasileira está envolvida e atenta aos debates sobre mudanças climáticas.



A CNI lidera o debate e a formulação de propostas empresariais para orientar a participação do país e do setor produtivo no combate ao aquecimento global. Além de contribuir com o Plano Nacional sobre Mudança do Clima, a CNI coordenou a elaboração do documento apresentado aos negociadores brasileiros na 15ª Conferência do Clima, a COP-15, que ocorreu em Copenhague, em dezembro de 2009.

Resultado da consulta a empresas de grande porte, federações e associações empresariais, o documento intitulado Contribuições do Setor Industrial Brasileiro para a 15ª Conferência de Clima em Copenhague destaca que o combate ao aquecimento global exige o esforço de todos os países, mas deve respeitar o direito ao desenvolvimento econômico e social das nações.

Por isso, sugere que os países desenvolvidos se comprometam com metas mais ambiciosas de redução das emissões de gases do efeito estufa. A participação do Brasil e dos demais países em desenvolvimento nesse processo deve ser pactuada por meio de compromissos voluntários, conhecidos como Ações Nacionais de Mitigação Apropriadas.

O documento também alerta para a possibilidade de criação de barreiras comerciais baseadas na Convenção do Clima. Na avaliação da indústria, a imposição unilateral de restrições comerciais ligadas à mudança climática, que não considerem o princípio da responsabilidade comum, porém diferenciada, prejudicará os países pobres e agravará as desigualdades sociais e econômicas no mundo.

O trabalho lembra que o Brasil tem importantes vantagens competitivas na questão do clima, porque as atividades industriais são responsáveis por apenas 8,8% das emissões de gases que produzem o efeito estufa. Boa parte desse

Para vencer o desafio da mudança do clima, a indústria brasileira precisa de um ambiente regulatório estável e adequado.

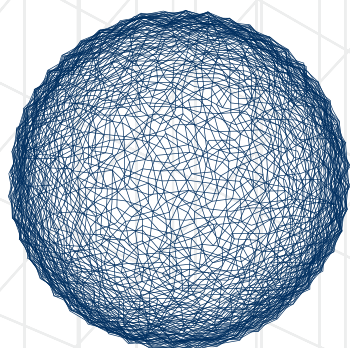


baixo percentual se deve à matriz energética brasileira, cujas fontes renováveis representam 45% do total, mais do que o dobro dos 20% estabelecidos pela União Europeia como meta a ser atingida até 2020.

Para a indústria brasileira, a capacidade de as empresas implantarem sistemas de produção adaptados à mudança do clima depende da definição de estratégias de transferência de tecnologias e de instrumentos de financiamento internacionais. Isso é decisivo especialmente para que as pequenas e médias empresas tenham acesso a equipamentos e processos de produção mais adequados.

O documento lembra ainda que, para vencer o desafio da mudança do clima, a indústria brasileira precisa de um ambiente regulatório e institucional previsível, estável e adequado aos investimentos e aos riscos que envolvem as atividades de inovação, pesquisa e desenvolvimento.

As contribuições da indústria brasileira às negociações da Conferência do Clima e os esforços do Brasil no combate às mudanças do clima foram apresentados à comunidade internacional em palestras e *workshops* empresariais. Os eventos, organizados pela CNI, foram realizados em Copenhague, em paralelo à COP-15.

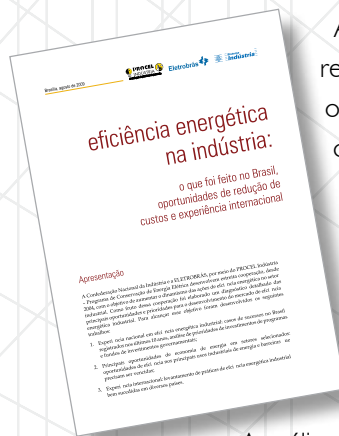


**COP15
COPENHAGEN**
UNITED NATIONS CLIMATE CHANGE CONFERENCE 2009

AS PRINCIPAIS PROPOSTAS DA INDÚSTRIA BRASILEIRA PARA A COP-15

- As metas de redução das emissões dos países desenvolvidos devem ser mais ambiciosas.
- A participação dos países em desenvolvimento no combate ao aquecimento global é imprescindível. Mas deve respeitar o princípio da Convenção do Clima, de responsabilidade comum, porém diferenciada.
- Os esforços para redução das emissões nos países em desenvolvimento devem ser voluntários e podem ser feitos sob a forma de Ações Nacionais de Mitigação Apropriadas (NAMAS, na sigla em inglês). A regulamentação desse mecanismo deve estabelecer contrapartida proporcional entre a redução das emissões e o acesso a financiamento e programas de cooperação tecnológica.
- Os países em desenvolvimento que aderirem aos compromissos voluntários devem ser reconhecidos pela comunidade internacional e não podem ser alvo de barreiras comerciais climáticas.
- Os países desenvolvidos devem se comprometer com a oferta de financiamentos e transferência de tecnologia para as ações de redução das emissões em países em desenvolvimento.
- Os compromissos internacionais para a transferência de tecnologias devem resguardar os direitos à propriedade intelectual para incentivar a pesquisa e a inovação.

CONSUMO RACIONAL DE ENERGIA



A racionalização do consumo de energia é requisito para a competitividade do país e para o enfrentamento da questão da mudança do clima. Em parceria com a Eletrobrás, a CNI fez o estudo Eficiência energética na indústria – o que foi feito no Brasil, oportunidades de redução de custo e experiência internacional. O trabalho avaliou 217 projetos de eficiência energética de 13 setores industriais.

A análise mostra que a indústria responde por 40,7% de toda a energia consumida no Brasil. Mesmo assim, as políticas governamentais para eficiência energética priorizam os setores residencial, comercial e público, responsáveis por apenas 15,8% do total do consumo de energia no país.

De acordo com o estudo, o potencial técnico de eficiência energética da indústria brasileira alcançaria 25,7% se o setor utilizasse toda a tecnologia de ponta disponível. Além da tecnologia, a racionalização do consumo de energia depende de legislação e linhas de financiamentos adequadas e da capacitação de pessoal para identificar oportunidades e gerenciar projetos de eficiência energética.

Outra ação da indústria que visa à eficiência energética é a regulamentação das etiquetas que indicam o grau de consumo de energia dos transformadores instalados nas redes de distribuição. Técnicos da CNI, do Sistema Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), da Eletrobrás, do Centro de Pesquisas de Energia Elétrica (Cepel), da Associação Brasileira da Indústria Elétrica e Eletrônica (Abinee) e do Ministério de Minas e Energia elaboram os estudos e a base de dados para definir os padrões mínimos de eficiência para tais aparelhos.

O trabalho mostra que a indústria brasileira tem condições técnicas para produzir transformadores 30% mais eficientes que os disponíveis no mercado. O processo começou em 2009, e a expectativa é de que o selo seja regulamentado em 2011.



A CNI também organizou, em 2009, o estudo Energia eólica, panorama mundial e perspectivas para o Brasil. O trabalho destaca que a força dos ventos é uma fonte importante de diversificação da matriz energética em vários países. Também traz informações para aprofundar o debate sobre as oportunidades de exploração dessa energia renovável no país. A avaliação é importante, porque a energia eólica não gera poluentes, o que contribui para a redução das emissões de gases de efeito estufa.



2.5 MEIO AMBIENTE

LEGISLAÇÃO AMBIENTAL DEVE PROMOVER AVANÇOS NA CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS SEM COMPROMETER PROJETOS DE INVESTIMENTOS INDISPENSÁVEIS AO CRESCIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL DO PAÍS.

A definição de um marco regulatório equilibrado, que conjugue crescimento econômico e social com conservação do meio ambiente, está entre os requisitos indispensáveis para garantir o desenvolvimento do país. Por isso, ao longo de 2009, a CNI e o Conselho Temático de Meio Ambiente reforçaram as ações voltadas à construção de políticas e normas que favoreçam os avanços na conservação dos recursos naturais, sem comprometer projetos de investimentos importantes para a expansão da produção e a melhoria da infraestrutura.

As sugestões da indústria para o aperfeiçoamento do marco regulatório foram consideradas no Decreto nº 6.848/2009, que define o limite máximo de 0,5% sobre o valor do empreendimento para a cobrança da compensação ambiental. Na avaliação da CNI, a fixação desse limite dá maior segurança ao investidor. Isso porque a lei que instituiu o Sistema Nacional de Unidades de Conservação Ambiental obrigava o empresário a pagar o equivalente ao mínimo de 0,5% do valor do empreendimento a título de compensação pelos impactos causados ao meio ambiente. O limite máximo da cobrança ficava a critério do órgão licenciador e não havia metodologias claras para o cálculo dos impactos ambientais causados pela atividade econômica. O decreto, publicado em maio de 2009, acabou com essas indefinições.

A CNI também atuou ativamente nas discussões sobre o Projeto de Lei Complementar 12/03, que define as competências da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios em matérias ambientais, inclusive no

Marco regulatório na área ambiental precisa de definição, mas não pode comprometer a expansão industrial.

licenciamento ambiental. Entre outros itens, o texto aprovado na Câmara dos Deputados contemplou a proposta defendida pela CNI que garante que só o órgão responsável pelo licenciamento poderá aplicar penalidades.

O projeto, que ainda depende da avaliação do Senado, confere maior segurança jurídica e diminui as incertezas dos investidores. Mas ainda é preciso avançar e definir uma legislação mais adequada para o processo de licenciamento ambiental.

Além disso, a indústria participa das discussões e elabora propostas para que o Brasil defina uma política de resíduos sólidos compatível com a realidade brasileira. A proposta em tramitação no Congresso Nacional contém importantes avanços, como o conceito de responsabilidade compartilhada entre fabricantes, importadores, distribuidores, comerciantes, poder público e consumidores na gestão do resíduo. Outro aspecto positivo do projeto é a manutenção de instrumentos de incentivo à inovação para evitar a geração e estimular a reciclagem dos resíduos.

No entanto, há pontos que precisam ser revistos, como as regras para implementação progressiva da logística reversa para produtos e embalagens de plástico, metal ou vidro. Por isso, a construção da Política Nacional de Resíduos Sólidos e a legislação que define as regras para o licenciamento ambiental continuarão na agenda da CNI em 2010.

É preciso avançar em questões como licenciamento ambiental e política de resíduos sólidos.





BOLSA DE RESÍDUOS E MERCADO DE CARBONO

Além das ações em defesa dos interesses da indústria, a CNI oferece às empresas serviços que podem contribuir para melhorar a gestão dos recursos naturais. Um desses serviços é o Sistema Integrado de Bolsas de Resíduos, que fortalece o trabalho das federações de indústrias nessa área.

Lançado em julho de 2009, o Sistema atende cerca de 10 mil empresas em todo o país. As bolsas de resíduos são ambientes na internet que permitem a compra, a venda, a troca ou a doação de sobras de processos industriais, como plásticos, papéis e sucatas metálicas. A negociação de produtos recicláveis é um instrumento que evita o desperdício, reduz os custos e o impacto ambiental da atividade industrial.

A iniciativa integra os sites voltados à comercialização de sobras de processos industriais das federações de indústrias de Bahia, Goiás, Minas Gerais, Pará, Paraná, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Sergipe e Espírito Santo.

Outro serviço na área ambiental, oferecido pela CNI, são os cursos de Capacitação em Mercado de Carbono. Nos treinamentos, empresários, executivos e técnicos recebem informações sobre a questão da mudança do clima, discutem e avaliam a viabilidade de projetos de carbono e o potencial de negócios no mercado internacional. Também têm orientações fundamentais para elaboração de projetos de crédito de carbono.



2.6 INFRAESTRUTURA

PARTICIPAÇÃO DA INICIATIVA PRIVADA NA AMPLIAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA DO PAÍS DEPENDE DE REGRAS CLARAS E ESTÁVEIS, EFICIÊNCIA NA GESTÃO PÚBLICA E AUTONOMIA FINANCEIRA E DECISÓRIA DAS AGÊNCIAS REGULADORAS.

A retomada do crescimento econômico, a exploração de petróleo na camada pré-sal, a preparação do Brasil para a Copa do Mundo de 2014 e os Jogos Olímpicos de 2016 representam importantes atrativos aos investimentos na ampliação e modernização da infraestrutura brasileira. No entanto, ainda faltam ao país maior eficiência na gestão dos recursos públicos e marcos regulatórios modernos, que estimulem a iniciativa privada a participar das obras.

Em 2009, a CNI, com o apoio do Conselho Temático de Infraestrutura, manteve as ações que buscam a modernização da Lei de Licitações e a definição do papel e a autonomia das agências reguladoras, requisitos importantes para aumentar a segurança jurídica dos investidores e promover avanços nas concessões de serviços públicos e nas parcerias público-privadas.

Na avaliação da CNI, a eficiência das agências depende de autonomia financeira, independência decisória, transparência na atuação, definição precisa de funções e excelência técnica.

Além disso, os industriais reafirmaram a necessidade de o país reestruturar as instituições públicas vinculadas ao setor de transportes para aperfeiçoar o planejamento, acelerar a execução dos projetos e melhorar a gestão dos recursos. A maior clareza nas diretrizes e nos objetivos dos organismos públicos e uma maior integração dos vários modos de transportes de cargas melhorarão a eficiência logística do país, reduzirão os custos das empresas e aumentarão a competitividade do país.

Brasil vive momento singular para atrair investimentos e modernizar sua infraestrutura.

TABELA 3

PRINCIPAIS AÇÕES NA ÁREA DE INFRAESTRUTURA

TEMA	AÇÃO
Transportes	Participou de discussões técnicas e identificou os desafios no transporte de cargas. Em parceria com instituições, entidades do agronegócio, elaborou uma agenda para reduzir os custos dos fretes.
	Avaliou e participou de debates sobre as potencialidades das hidrovias, uma modalidade de transporte eficiente do ponto de vista energético e com baixa emissão de gases do efeito estufa.
Telecomunicações	Realizou, em 9 de outubro de 2009, o seminário TIC 2020, para avaliar e discutir o atual estágio das tecnologias de comunicação e informação no Brasil. A indústria está interessada no desenvolvimento da infraestrutura de banda larga e de um marco regulatório que promova serviços compatíveis com as necessidades das empresas brasileiras.
Energia elétrica	Realizou, em 21 de outubro, o seminário Energia: Fator de Competitividade para o Brasil. O evento, promovido em parceria com a Associação Brasileira de Grandes Consumidores Industriais de Energia e de Consumidores Livres (Abrace), mostrou que o preço da energia para a indústria vem aumentando mais do que a inflação, o que representa um entrave adicional à competitividade brasileira no mercado internacional.
	Discutiu medidas para diminuir o peso dos encargos incidentes sobre as tarifas de energia elétrica no Brasil. Em parceria com a Abrace, publicou a 3ª Cartilha de Encargos Setoriais.
Petróleo e gás	Analisou com especialistas as melhores práticas internacionais de estímulo à entrada de novos <i>players</i> e promoção da competição no mercado de gás natural.
	Propôs o aperfeiçoamento das propostas legislativas que tratam do marco regulatório para exploração de petróleo e gás natural na camada pré-sal e em áreas estratégicas.
	Articula com o governo e as empresas da cadeia produtiva que as demandas do setor de petróleo sejam atendidas pela indústria nacional.

2.7 INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL

A INSERÇÃO DAS EMPRESAS BRASILEIRAS NO MERCADO GLOBAL ESTIMULA A INOVAÇÃO, MELHORA A QUALIDADE DO PRODUTO NACIONAL E É DECISIVA PARA O CRESCIMENTO ECONÔMICO.

O aumento das exportações e das importações e dos investimentos externos fortalece a economia brasileira, incentiva a inovação na indústria e melhora a qualidade do produto nacional. Para ampliar a inserção das empresas no mercado global, a CNI mantém serviços e parcerias voltados à promoção das exportações, principalmente de pequenas e médias empresas. Com o respaldo do Conselho Temático de Integração Internacional e da Coalizão Empresarial Brasileira, acompanha e dá sugestões para os negociadores oficiais buscarem acordos comerciais que favoreçam o acesso ao mercado externo.

Uma das propostas da indústria é a ampliação dos acordos comerciais com o México. O objetivo é buscar um acordo de livre comércio, com redução tarifária de produtos industriais e agrícolas, além da liberalização de serviços e investimentos. Em 2009, a CNI e o Conselho Empresarial Mexicano de Comércio Exterior criaram o Grupo Empresarial Estratégico Brasil-México.

Formado por empresários brasileiros e mexicanos, o grupo elaborou documento defendendo as negociações de um acordo de livre comércio bilateral. O trabalho, encaminhado aos presidentes dos dois países, orientou a discussão do tema com as autoridades, empresários e políticos mexicanos.

Ações da CNI ajudam a ampliar negócios com México, países do Mercosul e da União Europeia.





No Mercosul, a CNI liderou movimento contra as restrições argentinas às exportações brasileiras. Em cartas encaminhadas aos ministros das Relações Exteriores, Celso Amorim, e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Miguel Jorge, a indústria pediu que o governo brasileiro buscasse soluções para o conflito e, posteriormente, solicitasse abertura de painel na Organização Mundial do Comércio (OMC) contrário à Argentina. O contencioso continua, mas o Brasil adotou restrições às importações de alguns produtos argentinos.

A CNI também analisou os impactos da entrada da Venezuela no Mercosul. Em reuniões com parlamentares, os industriais esclareceram detalhes do cronograma e das obrigações dos venezuelanos no bloco econômico. Foi a partir dessas explicações que o Senado decidiu pedir esclarecimentos ao governo antes de votar o protocolo de adesão daquele país. Com a aprovação do protocolo, em dezembro de 2009, a CNI pretende atuar nas pendências das negociações sobre os demais compromissos que a Venezuela terá que assumir ao entrar para o bloco econômico.

2.7.1 ACORDO COM A EUROPA

Nas negociações de integração comercial em andamento entre o Mercosul e a União Europeia, a CNI organizou o processo de consultas do setor privado para alinhar as ofertas de bens industriais. Também promoveu o diálogo dos empresários com os negociadores governamentais. Esse trabalho respaldou a ação do Brasil na reunião com negociadores europeus.

A CNI coordenou a delegação empresarial brasileira no 3º Encontro Empresarial Brasil-União Europeia, realizado em 6 de outubro de 2009, em Estocolmo, Suécia. Na reunião, paralela à 3ª Cúpula Brasil-União Europeia, os líderes empresariais discutiram a retomada dos investimentos no pós-crise, o combate ao protecionismo e a promoção do comércio internacional. Também avaliaram as oportunidades e os desafios impostos pela mudança climática. O documento com as conclusões do encontro orientará agenda da Parceria Estratégica Brasil-União Europeia.

Inserção das indústrias no mercado internacional estimula a inovação e a competitividade.



Parcerias e ações de incentivo ampliam a participação da indústria no comércio internacional.

2.7.2 PROMOÇÃO COMERCIAL

O acompanhamento e a defesa de interesses nas negociações comerciais com outros países são complementados com o estímulo à internacionalização das empresas. Para realizar esse trabalho, a CNI coordena a Rede de Centros Internacionais de Negócios (Rede CIN). Vinculados às federações de indústrias nos estados e no Distrito Federal, os Centros oferecem às empresas treinamentos na área de comércio exterior, informações sobre mercados e outros serviços (veja no quadro).

O trabalho da Rede CIN recebeu o Prêmio Destaque de Comércio Exterior 2009, na categoria apoio à exportação. A homenagem, entregue em novembro, no Rio de Janeiro, foi concedida pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e pela Associação de Comércio Exterior do Brasil (AEB). Além da Rede CIN, receberam o Prêmio as empresas Petrobras, Volkswagen do Brasil, Usiminas, Stefanini IT Solutions e Samsung Eletrônica da Amazônia.

Além disso, a CNI mantém uma rede de parcerias com suas congêneres em outros países e instituições de apoio às exportações. É gestora do Programa AL-Invest, financiado pela Comissão Europeia, cujo objetivo é promover o intercâmbio tecnológico comercial entre pequenas e médias empresas latino-americanas e europeias. O programa, desenvolvido junto com as entidades empresariais de Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela, dispõe de 15 milhões de euros para financiar atividades até 2012.

No Brasil, as atividades do programa são executadas pela CNI com o apoio das federações de indústrias. Em 2009, o projeto apoiou a inserção internacional de 4.668 empresas, que participaram de atividades como cursos de comércio exterior, encontros de negócios e missões a feiras internacionais.

Em parceria com a BDI, sua congênera alemã, a CNI realizou, de 30 de agosto a 1º de setembro de 2009, em Vitória, o Encontro Econômico Brasil-Alemanha (EBBA). Os 1.303 participantes do evento discutiram as oportunidades de ampliar o comércio entre os dois países e se comprometeram a elaborar uma agenda para o avanço da cooperação em diversas áreas. Em 2010, o encontro será realizado na cidade de Munique, na Alemanha.

PROGRAMAS DE APOIO ÀS EXPORTAÇÕES

Serviços oferecidos pela Rede CIN para as empresas

- **Missões a feiras internacionais:** Com o apoio da Agência de Promoção das Exportações e Investimentos (Apex-Brasil), do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) e das Câmaras de Comércio bilaterais, a Rede realiza missões prospectivas a grandes feiras internacionais. Em 2009, foram organizadas 12 missões que tiveram a participação de 400 empresas. Entre as feiras visitadas estão a de alimentos Anuga, na Alemanha, a de construção civil Big Five, em Dubai, as multissetoriais Canton Fair, na China, Hannover, na Alemanha, e Expocruz, na Bolívia.
- **Certificado de Origem Digital:** As federações de indústrias de nove estados emitem o certificado de origem digital. Com o sistema *on line*, o tempo de emissão do documento caiu de uma média de dois dias para 30 minutos. A CNI e as federações de indústrias emitem uma média de 550 mil certificados de origem por ano, o que equivale a cerca de 70% dos certificados emitidos em todo o país.
- **Exporta CIN Individual:** O programa oferece assessoria às empresas selecionadas no processo de exportação. Um agente comercial especializado no setor de atividade ou no mercado almejado orienta a empresa individualmente. Em 2009, o programa atendeu a 32 empresas de sete estados.
- **Exporta CIN Grupos Empresariais:** O programa desenvolve estratégias coletivas para grupos de empresas do mesmo setor de atividade conquistarem o mercado externo. Voltado para arranjos produtivos locais, o projeto, que reduz custos com promoção comercial e prospecção de mercados, está sendo implantado em Goiás, Alagoas, Pernambuco, Rio Grande do Sul e Minas Gerais. A experiência piloto realizada em 2009 atendeu a 18 empresas.
- **Prospect:** O projeto piloto prospecta oportunidades comerciais e tecnológicas em mercados externos estratégicos. A primeira ação foi desenvolvida com empresas do setor têxtil de Alagoas, Bahia, Ceará, Santa Catarina e Rio Grande do Sul. O trabalho visava à identificação na Polônia de canais de distribuição adequados a 18 empresas brasileiras.
- **Capacitação empresarial:** A Rede CIN oferece cursos de comércio exterior para pequenas e médias empresas. Há diversos níveis de treinamento que oferecem orientações sobre os procedimentos operacionais de exportações e importações, como formação de preço, despacho aduaneiro e marketing internacional. Em 2009, foram realizados 109 cursos em todo o país, que tiveram a participação de 2.387 empresas.
- **Unidades de atendimento da Apex:** Os balcões, que funcionam no escritório dos Centros Internacionais de Negócios, foram criados para fortalecer as ações de promoção comercial e ampliar o atendimento às empresas que querem exportar. Há unidades em Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Pernambuco, São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Amazonas, Ceará e Goiás.

DEFESA DE INTERESSES NO EXTERIOR

Duas parcerias acertadas em 2009 ajudarão a CNI a monitorar políticas e a defender os interesses da indústria brasileira nos Estados Unidos e na União Europeia. Para monitorar os assuntos de seu interesse no mercado norte-americano, a CNI se associou ao Brazil Industries Coalition (BIC), uma organização sem fins lucrativos, com sede em Washington, que tem autorização para fazer *lobby* nos Estados Unidos.

As atividades do BIC são financiadas pelo setor privado brasileiro. Atualmente, o BIC, que tem 12 associados, entre eles cinco associações empresariais e sete empresas, atua no Congresso e no Executivo para evitar a criação de barreiras comerciais e incentivar o acesso do Brasil ao mercado dos Estados Unidos. A rede de relacionamentos do BIC, que inclui ampla variedade de instituições, atenderá praticamente a todas as áreas de negócios da CNI, destacando as Unidades de Comércio Exterior, de Negociações Internacionais, de Competitividade Industrial, de Meio Ambiente e Política Econômica. Também apoiará a CNI na defesa de interesses do Conselho Empresarial Brasil-Estados Unidos (Cebeu) e noutras questões empresariais.

Para acompanhar as políticas comerciais e financeiras, as oportunidades e os obstáculos às empresas brasileiras na União Europeia, a CNI e a Apex-Brasil firmaram um acordo de cooperação técnica que prevê a abertura de um escritório em Bruxelas. A administração e a agenda de atividades do escritório serão feitas em conjunto pelas duas instituições, a partir da consulta aos empresários brasileiros.





2.8 DESBUROCRATIZAÇÃO

PROGRAMA CORTE À BUROCRACIA IDENTIFICA E BUSCA A SIMPLIFICAÇÃO DOS PROCEDIMENTOS NECESSÁRIOS AO CUMPRIMENTO DAS OBRIGAÇÕES LEGAIS NAS EMPRESAS.

A criação de um ambiente mais favorável aos negócios no Brasil exige a redução da burocracia. O excesso de papéis e a complexidade dos processos dificultam a operação das empresas, aumentam os custos da produção e estimulam a informalidade. O projeto Corte à Burocracia, desenvolvido pela CNI, ajuda a identificar entraves burocráticos nas mais diversas áreas.

No *site* da Confederação, o empresário encontra um formulário em que pode relatar o problema e propor alternativas para simplificar procedimentos em áreas como relações do trabalho, abertura de empresas, licenciamento ambiental e outros. As propostas dos empresários são avaliadas e consolidadas por técnicos da CNI e levadas ao governo com o objetivo de conferir maior eficiência à rotina de cumprimento das obrigações legais nas empresas.

Em 2009, os empresários encaminharam 50 sugestões, que resultaram na construção de oito propostas de aperfeiçoamento da legislação. Essas propostas serão encaminhadas aos representantes do governo, e a expectativa é de que o diálogo conduza à redução da burocracia. Em 2010, o programa será revisado e ampliado. A ideia é formar um grupo de especialistas que, junto com os empresários, identifique outras sugestões de desburocratização em diversas áreas.

A burocracia continua sendo uma das maiores dificuldades enfrentadas pelo setor industrial.

Micro e pequenas indústrias têm apoio para aumentar competitividade e ampliar mercado.

2.9 MICRO E PEQUENA EMPRESA

CRIAÇÃO DE UM AMBIENTE FAVORÁVEL À EXPANSÃO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS É DECISIVA PARA AUMENTAR A GERAÇÃO DE RENDA E EMPREGO E PROMOVER O DESENVOLVIMENTO REGIONAL.

A expansão dos pequenos empreendimentos gera renda e empregos, promovendo o desenvolvimento regional e crescimento da economia. A CNI e o Conselho Temático da Micro e Pequena Empresa mantêm ações de apoio a esse importante segmento da economia brasileira. Os representantes da indústria defenderam, no Comitê Gestor do Simples Nacional, a correção da sistemática de cálculo do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) devido por micro e pequenas empresas, na qualidade de substituta tributária, para evitar recolhimento superior ao das grandes empresas.

Na Resolução 61, de 13 de julho de 2009, o Conselho corrigiu a distorção. Com isso, os pequenos empreendimentos mantiveram os benefícios do Simples Nacional. A CNI também defendeu, no processo de alteração da Lei Geral, a autorização para que os estados e o Distrito Federal aprovem legislação que concede crédito de ICMS relativo ao recolhido nas fases anteriores da cadeia produtiva, sem necessidade de autorização do Conselho de Política Fazendária (Confaz).

Além da atuação junto ao Legislativo e ao governo, que visa à redução dos encargos e à criação de um ambiente mais favorável aos pequenos negócios, a CNI coordena o Programa de Apoio à Competitividade das Micro e Pequenas Indústrias (PROCOMPI). No ciclo 2006-2009, o programa financiou 92 projetos de 19 setores industriais em todo o país.

Resultado de uma parceria entre a CNI e o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), o programa, criado em 2000, visa ao aumento da produtividade e da competitividade dos Arranjos Produtivos Locais (APLs), aglomerações de empresas com a mesma especialização produtiva, localizadas na mesma região geográfica que competem e cooperam entre si.





O programa financia ações como capacitação empresarial, inserção de produtos nos mercados nacional e internacional, qualificação e desenvolvimento de fornecedores, adequação de produtos e serviços às normas de qualidade, eficiência gerencial, redução de custos de produção, conservação do meio ambiente e inovação. Os projetos visam ao aumento da produtividade e do faturamento das empresas, geração de emprego e renda.

A CNI também fechou uma parceria com o Fundo Multilateral de Investimentos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O acordo realizará ações para aumentar a competitividade e a inserção internacional das pequenas empresas de quatro setores em quatro estados para promover o desenvolvimento regional. Os setores que terão apoio são o de madeira e móveis, do Acre, de pedras ornamentais, do Espírito Santo, de produção de veículos, em Goiás, e os segmentos metalmeccânico e elétrico, do complexo de Suape, em Pernambuco.

Os primeiros passos do programa foram dados em 2009, com a formação das equipes, treinamento dos gestores e lançamento do edital voltado a projetos associativos inovadores. O edital apoiará o desenvolvimento de inovações de produtos, processos, métodos e modelos de negócios, prospecção e busca de novos mercados.

CARTÃO DE CRÉDITO



A CNI editou a cartilha Cartão BNDES - Como as micro, pequenas e médias empresas podem se beneficiar. A publicação orienta os empresários a usar o Cartão BNDES, um instrumento de crédito rotativo, com limite de até R\$ 500 mil, que financia a compra de bens de capital, insumos e serviços credenciados no Portal de Operações do Cartão BNDES. Foram distribuídas 9 mil cartilhas.

Elevar a qualidade da educação. Esta foi uma das ações elencadas como prioritária para o Brasil pelos participantes do 4º ENAI.

2.10 EDUCAÇÃO

O AUMENTO DA QUALIDADE DA EDUCAÇÃO EM TODOS OS NÍVEIS E O FORTALECIMENTO DA FORMAÇÃO PROFISSIONAL SÃO INDISPENSÁVEIS PARA O BRASIL ALCANÇAR UM NOVO PATAMAR DE CRESCIMENTO.

A educação de qualidade em todos os níveis é um dos requisitos para garantir a cidadania e a construção de uma indústria inovadora e competitiva. O Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 sugere que, em 2015, os estudantes brasileiros atinjam a nota 486 nas avaliações do Programa Internacional de Avaliação dos Alunos (Pisa), o programa internacional que avalia os estudantes de 15 anos. Mas a nota média dos estudantes brasileiros ainda não ultrapassou os 400 pontos. Para mudar esse quadro, a CNI participa de iniciativas que busquem a universalização da educação básica e o fortalecimento da educação profissional e promovam a educação continuada dentro e fora do ambiente de trabalho.

Em 2009, o Conselho Temático de Educação da CNI avaliou a situação da educação profissional no país. Projeções demográficas mostram que, entre 2015 e 2045, a população jovem no auge da capacidade produtiva não terá as qualificações necessárias exigidas pelo mercado de trabalho. Por isso, o país precisa ampliar a oferta de educação profissional.

Executoras do programa Educação para a Nova Indústria, lançado pela CNI em 2007, as escolas do Serviço Social da Indústria (Sesi) e do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai) aumentam ano a ano a oferta de oportunidades de educação básica e profissional no país. Em 2009, o Senai recebeu 2,39 milhões de matrículas. Com isso, alcançou 77% da meta de 9,1 milhões de matrículas fixada pelo programa para o período 2007-2010.

O Sesi, que atua com educação básica e educação continuada, investiu R\$ 19,5 milhões em ações de inclusão digital. Grande parte dos recursos foi aplicada na compra de computadores para facilitar o acesso de alunos e professores da Rede Sesi de educação ao conhecimento. A instituição também

está modernizando os laboratórios didáticos e atualizando o acervo das escolas. O Programa Educação para Nova Indústria investirá, entre 2007 e 2010, R\$ 10,5 bilhões na formação básica e profissional de 16,2 milhões de brasileiros.

A CNI também apoia o Movimento Todos pela Educação, uma mobilização nacional, cujo objetivo é ajudar o país a garantir educação de qualidade para todos os brasileiros. A atuação do movimento inclui o monitoramento da educação a partir de cinco metas, que devem ser cumpridas até 2022. Um dos objetivos é que todas as crianças de 7 anos a 14 anos devam estar na escola e todos os jovens precisam ter concluído a educação média até os 19 anos de idade.





2.11 DIÁLOGO COM O LEGISLATIVO E O EXECUTIVO

A DEFESA TRANSPARENTE DOS INTERESSES DA INDÚSTRIA CONTRIBUI PARA A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E DE LEIS QUE ESTIMULEM A EXPANSÃO DAS EMPRESAS E O DESENVOLVIMENTO DO PAÍS.

A indústria mantém um diálogo permanente e transparente com o Congresso Nacional e o governo. Em 2009, a equipe técnica da CNI, com o apoio do Conselho Temático de Assuntos Legislativos, acompanhou 4.481 proposições legislativas no Congresso Nacional. Dessas, 437 foram avaliadas nas diversas instâncias do Legislativo, como as comissões técnicas e o plenário. A CNI apresentou sugestões de aperfeiçoamento a 143 projetos em andamento na Câmara dos Deputados e a 43, em tramitação no Senado.

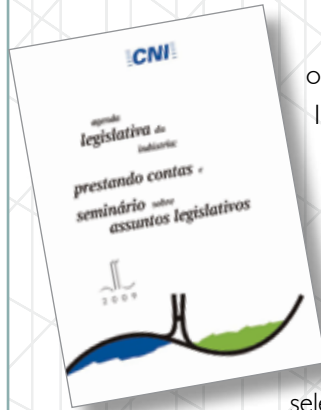
Muitos projetos aprovados ao longo de 2009 que se transformaram em lei contemplam as propostas da indústria. É o caso, por exemplo, do marco regulatório do gás natural, da lei que amplia o prazo de pagamento dos impostos e contribuições federais. As sugestões da CNI também foram incorporadas à lei que trata das subvenções à compra e produção de bens de capital e à inovação tecnológica e às normas sobre a participação da União em fundos garantidores de crédito para micro e pequenas empresas.

Além disso, a CNI ampliou a atuação na defesa de interesses da indústria junto ao Poder Executivo, indicando 60 representantes a participar do processo de construção de políticas públicas em fóruns governamentais, como grupos de trabalhos, comitês, conselhos, câmaras técnicas. A CNI tem cerca de 400 representantes em 250 instâncias de representação.

Agenda Legislativa da Indústria elenca e monitora proposições de interesse e prioridade para o setor.

Ao defender a agenda da indústria, de forma clara e aberta nos Poderes Legislativo e Executivo, a CNI contribui para a formulação de políticas públicas e a elaboração de leis capazes de promover a expansão das empresas e o desenvolvimento econômico e social do país.

AGENDA LEGISLATIVA DA INDÚSTRIA



O principal instrumento de diálogo da CNI com o Congresso Nacional é a Agenda Legislativa da Indústria. Publicada todos os anos desde 1996, a Agenda apresenta o posicionamento da indústria sobre as proposições legislativas que têm impacto na atividade industrial e na economia do país.

A Agenda de 2009 mostrou a avaliação do setor produtivo sobre 118 proposições em tramitação no Congresso. Desses, 13 foram selecionados para a Pauta Mínima, uma lista restrita de projetos que recebe atenção prioritária da CNI, pois tem elevado impacto no ambiente de negócios do país.

Para informar os empresários e a sociedade sobre o andamento dos projetos elencados na Agenda, as estratégias, as propostas e os resultados do trabalho realizado junto ao Legislativo, a CNI mantém o boletim Prestando Contas.

2.12 AÇÕES NO JUDICIÁRIO

AÇÕES APRESENTADAS AO JUDICIÁRIO VISAM RESGUARDAR O CUMPRIMENTO DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL NAS LEIS, NORMAS E OUTROS ATOS DO PODER PÚBLICO QUE TÊM IMPACTO NA ATIVIDADE INDUSTRIAL E NA ECONOMIA.

Como representante da indústria, a CNI tem legitimidade, conferida pela Constituição Federal, para propor ações no Supremo Tribunal Federal (STF). Com isso, busca resguardar o cumprimento da Constituição na redação de leis, normas e outros atos do Poder Público com impacto na economia e na atividade industrial.

Em 2009, a CNI obteve importantes vitórias na justiça. Uma delas foi a decisão do STF no julgamento do mérito da Ação Direta de Inconstitucionalidade 1.194, que questionava a parte do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) que trata dos honorários devidos a advogados empregados.

Ao julgar a ação proposta pela CNI, os ministros do Supremo interpretaram que os honorários devidos pela parte vencida no processo só pertencerão ao advogado empregado se a empresa não tiver estipulado o contrário no contrato de trabalho.

O Supremo também julgou procedente a Ação Direta de Inconstitucionalidade 173, de autoria da CNI, e declarou a inconstitucionalidade da Lei nº 7.711/88. O texto da lei condicionava a realização de diversos atos de rotina civil e comercial das empresas à quitação de débitos tributários.

Setor industrial
obtém importantes
vitórias em ações
no Judiciário.

Outra vitória foi a liminar obtida na Ação Direta de Inconstitucionalidade 2.623, que questionava a legalidade da Lei nº 6.780/01, do estado do Espírito Santo, que proibia, por prazo indeterminado, o plantio de eucalipto para a produção de celulose. Posteriormente, a lei foi revogada e a ação proposta pela CNI, extinta sem julgamento de mérito, em razão da perda do objeto. Com isso, as empresas podem retomar o plantio de eucalipto no estado do Espírito Santo para a produção de celulose.

A indústria espera a decisão do STF sobre a Ação Declaratória de Constitucionalidade 23, que pede a confirmação da constitucionalidade da Resolução 15/95, da Agência Nacional do Petróleo (ANP). A resolução trata da competência da Agência para regular a comercialização de botijões de gás no país.

A CNI também participa, na qualidade de *amicus curiae*, na Ação Direta de Inconstitucionalidade 3.346, proposta pela Confederação Nacional da Agricultura (CNA). A Ação pede a declaração de inconstitucionalidade dos artigos 1º, 16 e 44 do Código Florestal, com a redação dada pela Medida Provisória 2.166/67, que ampliou os percentuais da reserva legal e obrigou o dono da área a fazer a recomposição da vegetação nativa, mesmo que não tenha desmatado.

Ainda como *amicus curiae*, a CNI assina a Ação Direta de Inconstitucionalidade 4218 do procurador-geral da República. A Ação busca a declaração de inconstitucionalidade dos artigos 2º, 3º, 4º, 5º e 5º-A, e seus parágrafos, do Decreto nº 99.556/90, modificado pelo Decreto nº 6.640/08, que altera a forma de utilização das cavernas e cavidades naturais para exploração mineral.

3 REFORÇO À REPRESENTATIVIDADE



Criação das Comissões Especiais de Mineração e de Assuntos Tributários e Fiscais amplia o diálogo com os empresários e fortalece as ações de defesa de interesses da indústria.

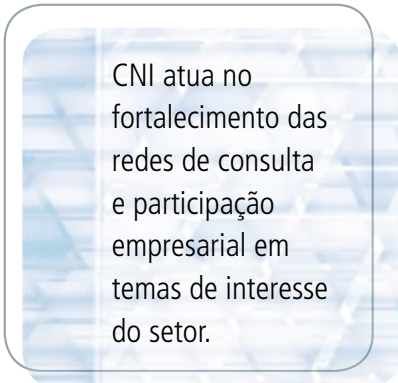
A CNI ampliou em 2009 os fóruns de consulta aos empresários, com a criação de duas Comissões Especiais: a da Mineração e a de Assuntos Tributários e Fiscais. As duas Comissões reforçam o trabalho dos 11 Conselhos Temáticos na formulação de propostas que orientam a ação de defesa de interesse da indústria.

Instalada em 18 de fevereiro, a Comissão Especial da Mineração concentrou seus trabalhos na avaliação do novo marco regulatório do setor mineral. A conclusão é de que a proposta em elaboração no Ministério de Minas e Energia deve garantir a segurança jurídica dos investidores e estimular a competitividade do setor. Os empresários também esperam que a legislação seja construída a partir do diálogo entre o governo e representantes da indústria.

Com a tarefa de identificar oportunidades e obstáculos e sugerir ações que promovam o desenvolvimento do setor que está presente em mais de 1.500 municípios brasileiros, a Comissão Especial da Mineração reúne representantes de federações de indústrias, associações setoriais e instituições representativas dos mineradores em todo o país.

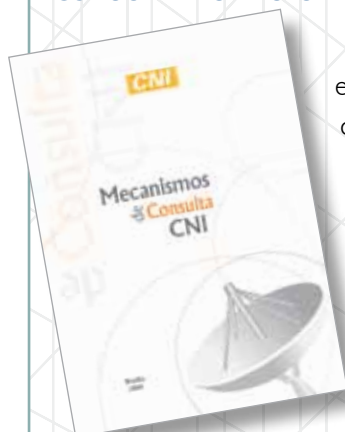
A Comissão de Assuntos Tributários e Econômicos, cujos trabalhos devem iniciar em 2010, também é formada por representantes de federações de indústrias e associações setoriais. Foi criada, em outubro de 2009, para acompanhar e debater temas fiscais e tributários e propor medidas que ajudem o país a buscar um sistema de arrecadação de impostos compatível com as exigências do mercado global.

A ampliação do diálogo e a busca permanente do entendimento com os empresários fazem da CNI uma interlocutora de peso no cenário nacional e protagonista do processo de formulação de políticas capazes de promover a expansão da indústria e o crescimento econômico do país.



CNI atua no fortalecimento das redes de consulta e participação empresarial em temas de interesse do setor.

CONSULTA ÀS BASES



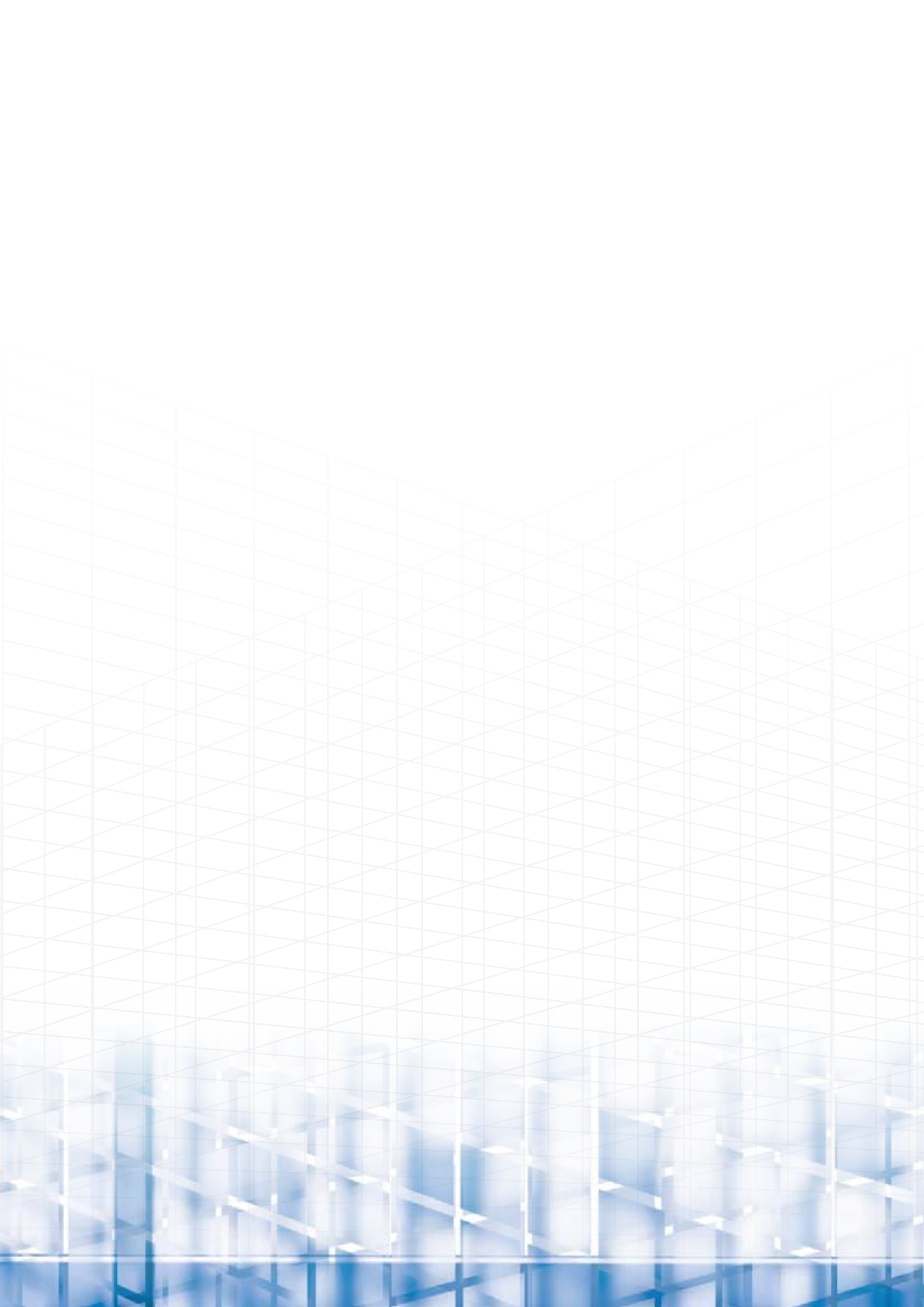
A cartilha Mecanismos de consulta CNI, publicada em 2009, mostra como funciona a construção da agenda do setor industrial e quais os canais utilizados para garantir que as ações reflitam o pensamento e atendam às demandas da indústria brasileira. O processo inclui a consulta permanente e sistematizada às 27 federações, mais de 1.200 sindicatos de indústrias e às associações nacionais setoriais. Também considera as avaliações e as propostas de conselhos, fóruns e redes de relacionamentos empresariais.

ESCRITÓRIO EM SÃO PAULO

Com o objetivo de estreitar o diálogo com a maior base industrial do país, a CNI inaugurou, em 27 de outubro de 2009, o escritório em São Paulo.

A unidade, que passou a ser a sede das reuniões do Fórum Nacional da Indústria, órgão consultivo da diretoria da CNI, é mais um reforço ao elo com o Movimento Brasil Competitivo, a Mobilização Empresarial pela Inovação e as associações nacionais setoriais da indústria.

O escritório da CNI em São Paulo está localizado na Rua Olimpíadas, 242, 10º andar, na Vila Olímpia.



4 FORTALECIMENTO DO ASSOCIATIVISMO



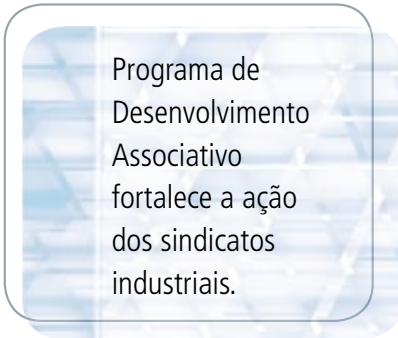
CNI consolida sua atuação para fortalecer e modernizar os sindicatos industriais.

O Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA), criado pela CNI em 2008 para modernizar e fortalecer os sindicatos industriais, ampliou as ações voltadas à capacitação de líderes sindicais e à melhoria do planejamento e da gestão dos sindicatos. Também aperfeiçoou a comunicação com os associados e os programas voltados às empresas. Atualmente, 1.109 sindicatos industriais participam das ações do PDA. Ao longo de 2009, 1.450 dirigentes de sindicatos fizeram os 198 cursos de Liderança Empresarial Sindical oferecidos pelo Programa em todo o país. Outros 85 líderes sindicais participaram de treinamentos voltados à gestão de projetos.

Dentro da meta de modernização do planejamento e da gestão, o PDA promoveu a segunda fase do Projeto Planejamento Estratégico dos Sindicatos. Nessa fase, 332 sindicatos filiados a 24 federações definiram seus planos de ação e passaram a utilizar um *software* de gestão do planejamento com acesso pela internet. Ainda nessa linha, a CNI apoiou financeiramente os sindicatos na aquisição de equipamentos de tecnologia de informação e comunicação como computadores, impressoras, projetores e copiadoras.

Para apoiar as ações de *marketing* associativo dos sindicatos, o PDA disponibiliza o serviço de construção de seus *sites*. Até agora, foram criados 469 *sites* de sindicatos, ligados a 24 federações de indústrias. Outro projeto de *marketing* envolveu a criação de modelos de *fôlderes* para 10 setores industriais. O conteúdo do *folder* é personalizado pelas federações para cada sindicato, a fim de divulgar sua atuação em defesa do setor e os serviços que oferecem às empresas. Em 2009, foram distribuídos 80 mil *fôlderes*.

Outra importante ação do PDA em 2009 foi o planejamento e o envolvimento das federações no Projeto Clube Indústria de Benefícios, um portal na internet por meio do qual as empresas associadas poderão adquirir produtos e serviços com melhores condições de preço ou prazo para pagamento. Além de contribuir para a competitividade das empresas, o Clube será também um canal de fortalecimento da imagem da CNI, das federações e das demais entidades do Sistema Indústria. A proposta é oferecer o novo serviço aos associados a partir de 2010.

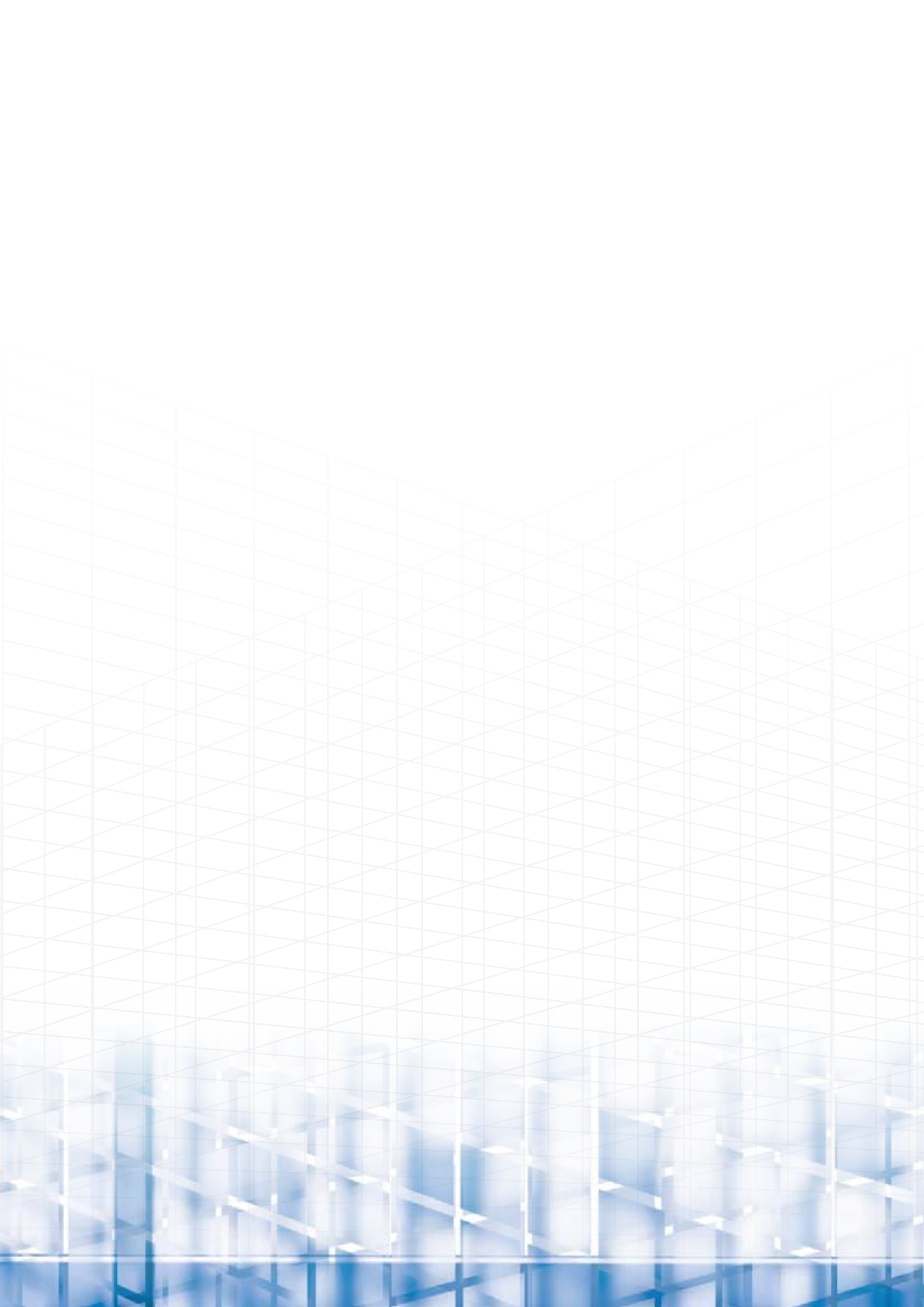


Programa de
Desenvolvimento
Associativo
fortalece a ação
dos sindicatos
industriais.

OS NÚMEROS DO PDA

- 1.450 dirigentes de sindicatos ligados a 25 federações de indústrias participaram dos 198 cursos de Capacitação de Lideranças Sindicais.
- 332 planejamentos estratégicos foram realizados para sindicatos vinculados a 24 federações de indústrias.
- 469 sites foram criados para sindicatos vinculados a 24 federações de indústrias.
- 80 mil pôlderes foram impressos a partir de modelos criados pelo PDA para divulgar as ações dos sindicatos e dos segmentos de atividades que representam.
- 3.300 DVDs, que incentivam o associativismo, foram distribuídos por 21 federações de indústrias.





5 AVALIAÇÃO



Industriais aprovam o trabalho da CNI. Pesquisa bienal feita com 1.143 indústrias mostra que o índice de satisfação com a CNI aumentou de 67,3% em 2007 para 71,2% em 2009.

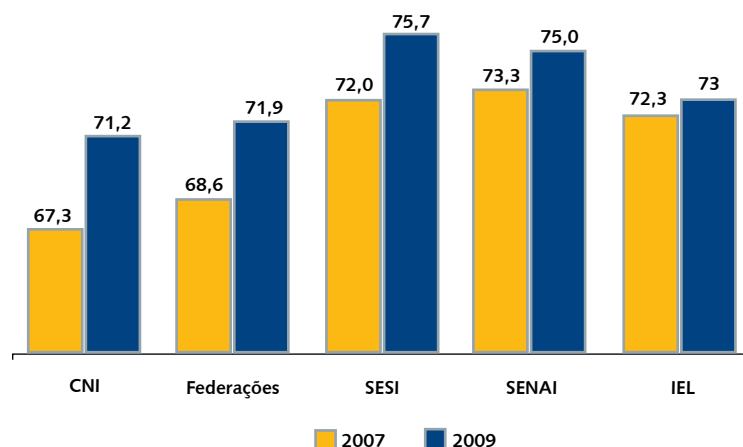
A maioria dos empresários está satisfeita com a atuação e os serviços prestados pelas instituições que integram o Sistema Indústria: a Confederação Nacional da Indústria (CNI), o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), o Serviço Social da Indústria (SESI), o Instituto Euvaldo Lodi (IEL) e as federações de indústrias dos estados e do Distrito Federal.

De acordo com a pesquisa bienal feita em 2009 com 1.143 empresas que contribuem para o Sistema Indústria, o índice de satisfação com a CNI aumentou de 67,3% em 2007 para 71,2% em 2009. O indicador das federações de indústrias subiu de 68,6% em 2007 para 71,9%. No mesmo período, o índice de satisfação com o Sesi passou de 72,9% para 75,7%. O do Senai aumentou de 73,3% para 75%, e o do IEL ficou praticamente estável, na casa de 73%.

Além do grau de satisfação, a pesquisa aponta o alcance das instituições do Sistema Indústria com os seus contribuintes. A metodologia é baseada nos parâmetros da pesquisa Satisfação de Cliente de Minnesota (MnCSI) e dos Índices de Satisfação do Consumidor Americano (ACSI), elaborados há mais de 10 anos, com cerca de 200 empresas, quatro setores de atividade e o governo.

A ACSI, que varia de zero a 100, não inclui instituições similares às do Sistema Indústria. Mas, para as empresas dos setores de serviços, como os de entregas expressas, hospitais, hotéis e jornais, o índice varia entre 60% e 85%. Portanto, os indicadores apurados para as instituições do Sistema Indústria, que oscilam entre 75,7% e 71,2%, são considerados positivos.

GRÁFICO 4
INDICADOR DE SATISFAÇÃO DO SISTEMA INDÚSTRIA (%)



Armando de Queiroz Monteiro Neto

Presidente

Robson Braga de Andrade

Presidente em Exercício

GABINETE DA PRESIDÊNCIA – GABIN

Cid Ferreira Lopes Filho

Chefe de Gabinete

SUPERINTENDÊNCIA CORPORATIVA – SUCORP

Antonio Carlos Brito Maciel

Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E GESTÃO–SUPOG

Carlos Francisco Moniz de Aragão

Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA JURÍDICA – SJ

Hélio José Ferreira Rocha

Superintendente

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – SSC

Carlos Francisco Moniz de Aragão

Superintendente

UNIDADE DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – UNICOM

Douglas Guarino de Felice

Gerente-Executivo

UNIDADE CORPORATIVA DE AUDITORIA – AUDIT

Cláudio de Azevedo Lemos

Gerente-Executivo

UNIDADE DE COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Renato Caporali Cordeiro

Gerente-Executivo

DIRETORIA EXECUTIVA – DIREX

José Augusto Coelho Fernandes

Diretor

DIRETORIA DE OPERAÇÕES – DIOP

Rafael Esmeraldo Lucchesi Ramacciotti

Diretor

DIRETORIA DE RELAÇÕES INSTITUCIONAIS – DRI

Heloísa Regina Guimarães de Menezes

Diretora

UNIDADE DE GESTÃO DE DEFESA DE INTERESSES – GDI

Elizabeth da Silva Marinho

Gerente-Executivo

UNIDADE DE ASSUNTOS LEGISLATIVOS – COAL

Vladson Bahia Menezes

Gerente-Executivo

UNIDADE DE COMPETITIVIDADE INDUSTRIAL - COMPI

Augusto Cesar da Silva Juca

Gerente-Executivo

UNIDADE DE COMÉRCIO EXTERIOR – COMEX

José Frederico Álvares

Gerente-Executivo

UNIDADE DE POLÍTICA ECONÔMICA – PEC

Flavio Pinheiro de Castelo Branco

Gerente-Executivo

UNIDADE DE RELAÇÕES DO TRABALHO E

DESENVOLVIMENTO ASSOCIATIVO – RT

Emerson Casali Almeida

Gerente-Executivo

UNIDADE DE NEGOCIAÇÕES INTERNACIONAIS – NEGINT

Soraya Saavedra Rosar

Gerente-Executivo

UNIDADE DE PESQUISA, AVALIAÇÃO E DESENVOLVIMENTO – PAD

Renato da Fonseca

Gerente-Executivo

FEDERAÇÕES FILIADAS

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ACRE – FIEAC

João Francisco Salomão

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE ALAGOAS – FIEA

José Carlos Lyra de Andrade

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO AMAPÁ – FIAP

Telma Lúcia de Azevedo Gurgel (licenciada)

Haroldo Pinto Pereira (em exercício)

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO AMAZONAS – FIEAM

Antônio Carlos da Silva

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA BAHIA – FIEB

José de Freitas Mascarenhas

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO CEARÁ – FIEC

Roberto Proença de Macêdo

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO DISTRITO FEDERAL – FIBRA

Antônio Rocha da Silva

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

– FINDES

Lucas Izoton Vieira

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE GOIÁS – FIEG

Paulo Afonso Ferreira

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO MARANHÃO – FIEMA

Edílson Baldez das Neves

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO – FIEMT

Mauro Mendes Ferreira (licenciado)

Jandir José Milan (em exercício)

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MATO GROSSO

DO SUL – FIEMS

Sérgio Marcolino Longen

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS – FIEMG

Robson Braga de Andrade (até 27.05.2010)

Olavo Machado Júnior (a partir de 27.05.2010)

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARÁ – FIEPA

Jose Conrado Azevedo Santos

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DA PARAÍBA – FIEP

Francisco de Assis Benevides Gadelha

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PARANÁ – FIEP

Rodrigo Costa da Rocha Loures

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO – FIEPE

Jorge Wicks Côrte Real (licenciado)

Ricardo Essinger (em exercício)

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO PIAUÍ – FIEPI

Antônio José de Moraes Souza

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO

NORTE – FIERN

Flávio José Cavalcanti de Azevedo

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO

SUL – FIERGS

Paulo Gilberto Fernandes Tigre

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO – FIRJAN

Eduardo Eugenio Gouvêa Vieira

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RONDÔNIA – FIERO

Denis Roberto Baú

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE RORAIMA – FIER

Rivaldo Fernandes Neves

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA - FIESC

Alcantaro Corrêa

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SÃO PAULO - FIESP

Paulo Antonio Skaf (licenciado)

Benjamin Steinbruch (em exercício)

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE SERGIPE - FIES

Eduardo Prado de Oliveira

Presidente

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DO ESTADO DE TOCANTINS - FIETO

Eduardo Machado Silva (licenciado)

Roberto Magno Martins (em exercício)

Presidente

CNI
Diretoria Executiva – DIREX

José Augusto Coelho Fernandes
Diretor-Executivo

SUPERINTENDÊNCIA CORPORATIVA – SUCORP
Unidade de Comunicação Social – UNICOM
Coordenação da Publicação

SUPERINTENDÊNCIA DE SERVIÇOS COMPARTILHADOS – SSC
Área Compartilhada de Informação e Documentação – ACIND
Normalização

Fotos
UNICOM, www.sxc.com

Fotos da capa
UNICOM

Redação
Verene Wolke

Projeto gráfico, diagramação, revisão e arte-final
i-comunicação

Impressão
Coronário Editora Gráfica Ltda.

Tiragem
1.500 exemplares

www.cni.org.br



Confederação Nacional da Indústria